



ÍROHÍN

Brasília, ano XII, nº 19



A segregação no espaço urbano do DF

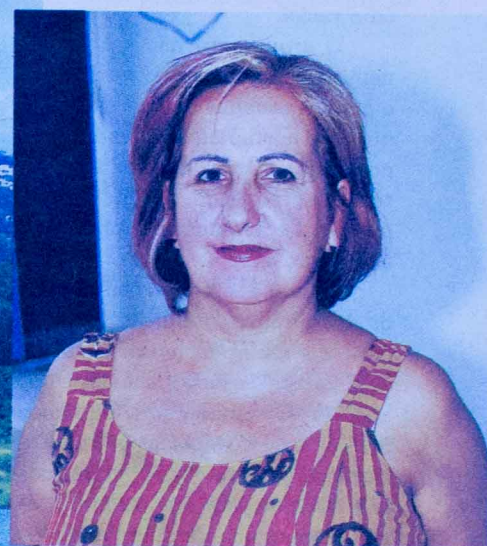


Foto: Daniel Cardoso

Entrevista com Ana Costa, do Ministério da Saúde, sobre política de saúde da população negra. p.10



Foto: Daniel Cardoso

Marcel Sant'Ana aborda a segregação sócio-racial e a desigualdade urbana. p.12



Foto: Daniel Cardoso



No dia 1º de março, em Salvador, o rapper Clodoaldo da Silva Souza (negro Blul), 22 anos, foi brutalmente assassinado pelo racismo de grupos de extermínio, que agem impunemente em todo o país. p.7

Leia também : Rubens Ricupero, Domingos Dutra, Hédio Silva Jr., Sílvia Camurça, Lunde Braghini, Daniela Rosa, Jamile Menezes, Ana Luíza Flauzina, Pérciles Cunha, José Raimundo Cândido da Silva e muitos outros

Cê vê tudo ao contrário

Na canção "O Herói", de seu novo disco **Cê**, Caetano Veloso retoma o principal argumento do manifesto contra as cotas, que leva também sua assinatura. O argumento quer nos convencer de que por imitação de outra realidade (o comparante é sempre os Estados Unidos), os negros brasileiros dedicam-se a estimular e promover o ódio racial.

O argumento não é original, nem na canção nem no manifesto, e apenas atualiza velhos estigmas que nos acompanham desde tempos coloniais: raça inferior, intelectual e moralmente, criminosos em potencial e avessos ao progresso e à civilização.

A um só tempo, os adversários das políticas públicas voltadas para a população negra declaram seu "horror" às desigualdades e nos acusam de cometer um "equivoco elementar": a importação arbitrária de traços muito particulares dos EUA. E, por esta via, da importação inadequada de singularidades repulsivas, estaríamos insuflando o ódio racial numa sociedade, como disse o ministro Gil em sua posse em 2003, "de caráter essencialmente mestiço e sincrético".

Na letra da canção "O Herói", a primeira opção do favelado, o caminho inicial que ele descortina é "fomentar aqui o ódio racial/a separação nítida das raças". Em sua odi(o)sséia, nosso herói mulato quer ser tudo o que ele não é: "querro ser negro 100%, americano, sul-africano, tudo menos o santo/que a brisa do Brasil briga e balança" (É preciso fingir aqui que não sabemos ser a favela uma demarcação com rígido recorte racial, certo?).

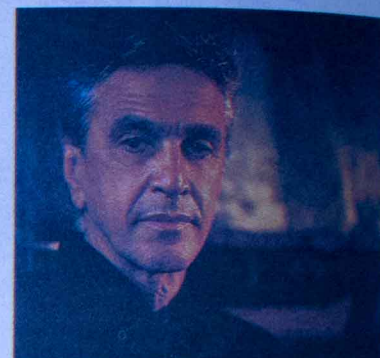
Mas o resultado da autoconstrução odiosa é, finalmente, repudiado pelo nosso herói, que não se reconhece nessa indumentária postiça, que lhe subtraiu a boa índole sincrética, e, numa daquelas metamorfoses dignas de Macunaíma, decide-se em grande êxtase por assumir o peso da tradição ideológica. Transformado quase em camelo nietzschiano, sai gemendo sua dor, queixando-se a Deus: "eu sou o homem cordial/que vim para instaurar a democracia racial/eu sou o herói/só Deus e eu sabemos como dói".

É fundamental não perder de vista que a acusação repetida, que nos atribui o "ódio racial", se faz contra um pano de fundo do qual se destacam o protesto negro e a luta pelo acesso a recursos públicos e políticas públicas que conduzem à superação das desigualdades raciais. Como encobrir essa orientação conservadora? Vejam bem, trata-se de negar uma afirmação – a da existência do racismo, da opressão racial e de práticas de discriminação racial –, que desnuda os privilégios da cidadania usufruídos pelos brancos. A negação de Caetano, Kamel e outros só poderia tomar mesmo um caminho: descolar-se do real, a que opõem a sublimação de nossas relações raciais, idealizadas em sua máxima potência de quase delírio, a ocultação ou a distorção de fatos objetivos e a projeção de todo o mal nos Estados Unidos. Estranhamente, porém, nosso ódio produz quase que exclusivamente vítimas negras, aos borbotões.

Na polêmica sobre o "apartheid" do carnaval baiano, levantada mais uma vez por

Carlinhos Brown, Caetano usou os mesmos argumentos presentes na canção "O Herói" para desqualificar as críticas de Brown, associando-as a sugestões de subalternidade intelectual e desvios patológicos. O debate sobre segregação é recorrente no carnaval baiano, instigado por camarotes, cordas e muita porrada nos negros. Os blocos afros e afóxis são também marginais nos circuitos. Quem brilha nos horários de visibilidade televisiva e grande afluência de público são, como se sabe, aqueles aquinhoados, ano após ano, com os convênios da Bahiatursa, sem que se esclareçam os critérios estabelecidos para premiar entidades carnavalescas inadimplentes. Ao longo dos últimos anos não foram poucas as auditorias de técnicos do Tribunal de Contas do Estado engavetadas por conselheiros subservientes. Os privilégios racistas, profundamente enraizados em nossa sociedade, abarcam as instituições, as estruturas de saber e poder, e o carnaval não fica de fora (ver Immanuel Wallerstein. *O albatroz racista*, p. 37).

Na canção "O Estrangeiro", do disco de 1989, Caetano escreveu os versos: "O macho adulto branco sempre no comando/(...)Riscar os índios, nada esperar dos pretos". Não esperar e não aceitar sequer que possam expressar sua própria experiência, como o fez Carlinhos Brown e o fizeram muitos representantes de blocos e entidades do Movimento Negro na Bahia. Uma experiência que afeta a vida de milhões de pessoas, e não só na Bahia, de modo essencialmente dilacerador. E uma experiência que pode ser compartilhada sem demérito. Por que não podemos



Caetano Veloso

aprender com Spike Lee? A proibição de que os negros brasileiros possam se debruçar sobre a realidade da Diáspora, sob o pretexto de uma singularidade extrema de nossas relações raciais, soa ridícula mas não inocente.

Caetano Veloso esteve preso em um subúrbio do Rio de Janeiro, durante a ditadura militar. E fez em seu livro "Vereda Tropical" um relato da experiência da tortura de presos comuns que seus ouvidos testemunharam ("gritos horrendos"). "De fato, desde essa experiência na PE da Vila Militar, passei a ter uma idéia diferente da sociedade brasileira, a ter uma medida da exclusão dos pobres e dos descendentes de africanos que a mera estatística nunca me daria." (p.379)

Os tais "gritos horrendos" configuram uma experiência real, autêntica, legítima – dos ouvidos e da sensibilidade de Caetano. Mas não pode ser utilizada pelos negros, que a vivenciam no paude-arara, como referência concreta para definir seu real "status" na sociedade brasileira. Nossas experiências servem aos outros, mas não servem a nós.

Edson Lopes Cardoso.
edsoncardoso@irohin.org.br

ÌROHÌN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 15 mil exemplares - Esta edição foi impressa em 23 de março de 2007

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Ìrohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Ìrohin: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luíza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Elisabete Lopes Cardoso, Fernanda Felisberto,

Jamile Menezes, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Péricles Cunha, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (Oxê de Xangô): J. Cunha

Site: www.irohin.org.br

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. **CEP:** 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford

Maioridade penal, modernidade e racismo

A redução da idade penal não é novidade no Brasil e evidencia a negligência do Estado diante dos problemas estruturais que afetam dramaticamente a juventude brasileira.

Hélio Silva Júnior*

Dentre as propostas que visam reduzir a maioridade penal, destaca-se a PEC 151/95, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende retirar da Constituição Federal a previsão de qualquer limite mínimo de idade para a responsabilização penal, transferindo a regulamentação da matéria para lei ordinária e liberando, literalmente, a redução da idade penal.

Argumenta o relator da proposta, Dep. Alberto Fraga (PMDB-DF), que no Brasil contemporâneo os adolescentes já teriam desenvolvido suficiente autonomia moral e capacidade de discernimento, de sorte que a suposta modernização legislativa configuraria uma decorrência natural da modernização da sociedade.

A tese da adaptação da lei a necessidades modernas não resiste, entretanto, à mais desatenta observação da história do direito penal brasileiro.

Com efeito, o direito penal lança raízes no Brasil com a publicação, em 1603, do Livro V das Ordenações Filipinas, cujo Título 135 fixava a idade de 17 anos para a imputabilidade penal.

Proclamada a Independência e promulgada a primeira Constituição brasileira, entra em vigor o Código Criminal do Império, em 1830, que reduziu o limite de idade para 14 anos.

Já o Código Penal republicano, de 1890, adotado dois anos depois da abolição formal do escravismo, e um ano antes da primeira Constituição da Repúbli-

Foto: Renato Rucci



Hélio Silva Jr.

ca, permitia a responsabilização criminal a partir dos 9 anos.

Assim é que durante quatro décadas vigeu no Brasil a regra da imputabilidade penal aos 9 anos, revogada apenas em 1932, com a aprovação da Consolidação das Leis Penais, que elevou o limite mínimo para 14 anos.

Finalmente, com a reforma penal empreendida pelo Estado Novo, foi aprovado o Código de 1940, ainda em vigor, fixando a capacidade penal aos 18 anos, norma esta alçada ao nível constitucional, conforme disposto no art. 228 da Constituição vigente.

Temos, pois, que a redução da idade penal nada tem de novidade, constituindo, na essência, um critério de política criminal que apenas atesta a negligência do Estado em face dos problemas estruturais de educação e de integração social e econômica da juventude brasileira. Ademais, admitindo-se o duvido-

so raciocínio evolucionista delineado na defesa da referida PEC, não tardará o dia em que, em nome do combate à criminalidade, o Congresso Nacional termine aprovando uma lei que prescreva a esterilização compulsória das mulheres negras e pobres, cujos filhos, como se sabe, são tratados com especial atenção por setores dos órgãos de segurança pública e do sistema penal.

Aqui está, a propósito, um exemplo sinistro de ação afirmativa, de inclusão racial promovida pelo Estado – a inclusão penal.

Não fosse o bastante, a PEC em exame prevê que a imputabilidade será definida de acordo com aspectos psicossociais do acusado, aferidos em laudo emitido por junta de saúde, ou seja, o critério etário, legal, objetivo, dará lugar a um critério subjetivo: uma junta de saúde dirá se tal ou qual indivíduo

agiu tendo ou não discernimento da ilicitude de seu ato.

O problema, como todos sabemos, é que a diplomação em psicologia, medicina, serviço social ou direito, não isenta os diplomados dos efeitos dos estereótipos e dos preconceitos construídos, reproduzidos e disseminados socialmente, como demonstram, por exemplo, pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, segundo as quais a Justiça Criminal de São Paulo dispensa tratamento mais rigoroso aos acusados negros em relação aos brancos, ainda quando ambos tenham praticado delitos similares.

Dúvida não pode haver, portanto, de que a PEC em exame não apenas deixa intactos os problemas centrais da política de segurança pública, como também permite a legitimação da velha e sempre presente noção lombrosiana de criminoso nato, defendida nos trópicos por Nina Rodrigues, nome com o qual ainda hoje se identifica o Instituto Médico Legal da Bahia. Resta saber se o Movimento Negro, os operadores do direito e os juristas democratas permanecerão passivos diante de mais esta afronta à cidadania e ao Estado Democrático de Direito.

*Hélio Silva Jr., 45, Advogado, Doutor em Direito pela PUC-SP, é Coordenador Executivo do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.



Foto: Carlos Moura

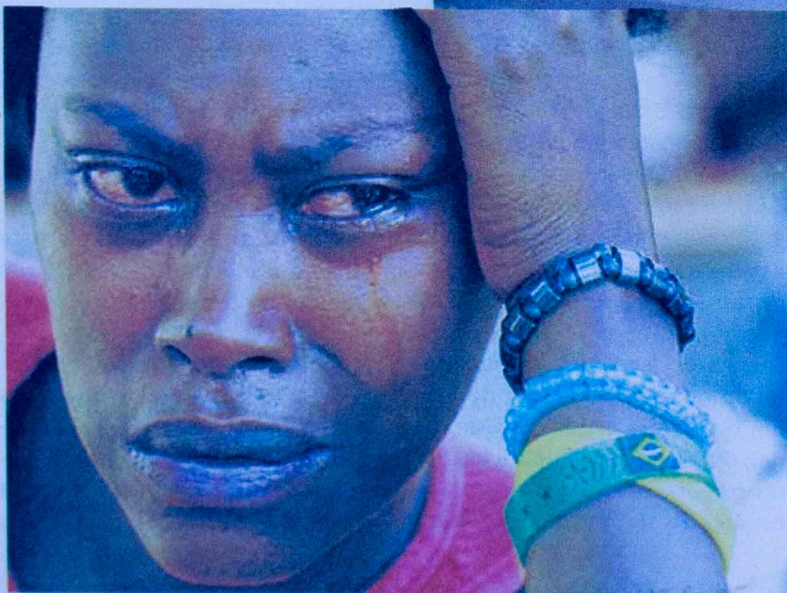
A dimensão racial da violência

Não há respostas satisfatórias para a questão da violência, porque ela cumpre afinal seu papel no extermínio do segmento negro da população.

Ana Lúza Pinheiro Flauzina*

Em 13 de maio de 1888, sabemos, deu-se o fim oficial da escravidão no Brasil. Dois anos depois, antes mesmo da feitura de uma Constituição para a nascente República, o Código Penal foi promulgado. A ordem social que se instaura num país de pessoas agora "livres" reclama prioritariamente por um instrumento de controle e coerção que auxilie na passagem sem rupturas do negro das senzalas para os bolsões da exclusão. Esse simbólico instrumento legal autoriza a responsabilização penal a partir dos nove anos de idade. Num tempo em que as elites brancas se sentem ameaçadas por uma possível mudança no status social da população negra, dentro de uma sociedade formalmente constituída por iguais, a redução da maioridade penal dá o recado inequívoco de que o segmento está sendo acusado de uma espécie de, no dizer de Nilo Batista,

Foto: Marcos Tristão - Ag. O Globo



Mães em desespero: Edna Ezequiel, mãe de Alana (13) assassinada no Rio de Janeiro em 05 de março.

• Edição de 0420

O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA

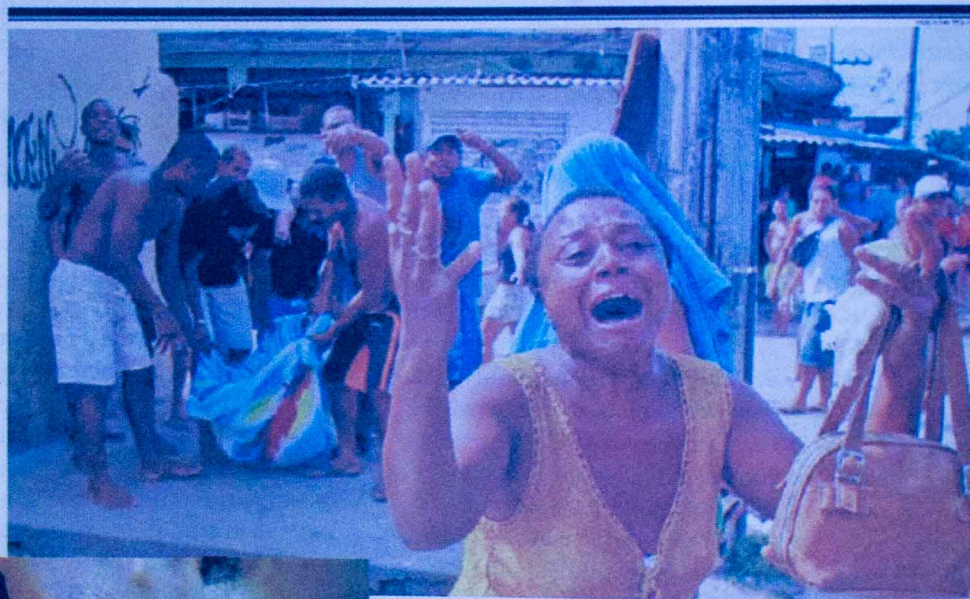
SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página A2.

JULIO MESQUITA

(1499-4327)

DESENVOLVIMENTO
RUY MESQUITA

14 de fevereiro de 2007 • ANO XIX Nº 41292 www.estado.com.br



Laudo acusa falha em outra obra do metrô

Laudo elaborado pela empresa Tecnoplum Inspeções, 10 dias após o acidente no canteiro de obras da Estação Pátio das Lutas 1 do Metrô, aponta problemas nas soldas da estrutura metálica que sustenta as paredes da futura Estação Fátima Cantúlio. As falhas poderiam causar "incêndios de proporções imprevisíveis", segundo o documento, divulgado pelo Jôrnal Notícias, da TV Globo. A Tecnoplum reconheceu a possibilidade das falhas. • está na

Não há risco, diz consórcio

*** Responsável pela obra, o Consórcio Via Amarela alega que as falhas apontadas não representam problema estrutural da obra.

"infração existencial".

O século XXI parece querer atentar para o fato de que a passagem do tempo não implicou a renovação de nossos problemas. O assassinato de um menino de seis anos de idade no último dia 7 de fevereiro, no Rio de Janeiro, fez o debate sempre à espreita da redução da maioridade penal reacender com vigor. Para chacoalhar, em um Senado Federal que não avança na aprovação de instrumentos fundamentais para a melhoria das condições de vida no país, discutem-se vários projetos que tratam da responsabilização penal de crianças e adolescentes, a partir de idades que chegam aos 13 anos.

Do ponto de vista legal não há o

que se discutir quanto à afronta que esse tipo de proposta representa aos princípios constitucionais. De acordo com o entendimento de Flávia Piovesan, registrado em artigo de ampla circulação, a Constituição colocou entre as cláusulas pétreas as garantias e os direitos individuais, não podendo esse conjunto de salvaguardas ser objeto de modificação por meio de emendas. Sem dúvida, o direito à proteção especial conferida às crianças e adolescentes, que abrange a inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos, está dentro da esfera das garantias, sendo vedada, portanto, qualquer tipo de alteração, constituindo ofensa grave inclusive a parâmetros internacionais.

Mas deixemos logo de lado essa ladainha. Afinal de nada mesmo nos adianta toda essa retórica jurídica diante da dança das cadeiras que manipula o ordenamento diante do grupo social a ser preservado ou controlado nesse país. Não nos deixa mentir a famosa "Lei de Tóxicos" (Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006) que, atendendo às demandas de imunização da classe média branca, resguarda a categoria do usuário e avança ainda mais bruscamente sobre o segmento que tem de garantir a alegria das festas regadas a pó e dos "beques" descompromissados da intelectualidade, elevando a pena mínima do ilícito de tráfico. O necessário debate sobre as consequências sociais da criminalização das drogas? Esse, o cerne do problema, não está em pauta. Assim como não está pautado o ponto de tensão vital no caso do menino assassinado e todas as questões a ele subjacentes.

O fato é que carecemos de um debate do que venha a ser violência fora dos limites dos estereótipos usuais veiculados. Sim, porque associar a feição mais brutal dessa categoria à criminalidade típica dos grupos subalternos, desvinculando da dis-

cussão a dimensão da violência estrutural, assumida como metodologia de controle das elites na produção de um genocídio que vimos denunciando, é não só equivocado, mas também perverso. Fundamentalmente, não há interesse em se complexificar a discussão porque a pauta da violência entre nós, carregando uma dimensão racial de base, não está atrelada às condicionantes de sua materialização, mas aos corpos a que se dirige.

Enquanto o circuito da violência em sua modalidade mais visível está circunscrito ao perímetro que delimita a vida da maioria negra, o incômodo não se manifesta em passeatas de Ong's de direitos humanos e entradas especiais em novelas das oito. Ao que tudo indica, a violência em seu locus "natural" não dá ibope. Essa é uma agenda que só ganha algum relevo quando a arrogância das elites é arranhada pelas seqüências inevitáveis advindas do tipo de pacto social e racial imposto, quando a rotina das tragédias é interrompida e os cálculos usuais da morte associados à negritude extravasam o muro físico e simbólico de proteção construído em torno das elites brancas desse país.

E falo isso em respeito a João Hélio, que perdeu sua vida pela nossa ignorância. Em última instância, não há respostas satisfatórias em termos de políticas públicas para trabalharmos a questão da violência entre nós em toda sua complexidade porque não há e nunca houve interesse real em confrontá-la, na medida em que ela cumpre seu exitoso papel de extermínio do segmento negro, nitidamente identificado na construção de um campo social minado em torno da juventude.

E assim, mergulhado num sentimento de ameaça antigo que acompanha o sono de nossas elites, vamos mais uma vez arrastando nossas contradições para o futuro sem qualquer tipo de indignação mais consequente. O envolvimento de um adolescente na morte abrupta e prematura de uma criança de seis anos em nosso país não serve como sinal vermelho para questionarmos a estrutura social e racial que nos preside e a lacuna na rede de proteção que deveria acompanhá-lo. Ao contrário, esse é o sinal verde para que os processos de encarceramento sistemático da população negra, parte fundamental na produção do genocídio denunciado,

ganhem novo fôlego. A escolha do sistema penal como o instrumento apto a intervir nessa realidade, com o viés centrado em práticas repressivas em detrimento das preventivas, é preciso ser dito, é a opção clara e consciente das elites pela morte, em detrimento da vida. O discurso enviesado amplamente difundido, que tem seu acento na conotação individual da violência, desconectado do terror de Estado que a promove e estimula, visa, em última instância, legitimar os processos de eliminação física que comprometem a existência do segmento negro do país. Trata-se, em suma, de recado direto e inequívoco de que o extravasamento da violência para fora de seu reduto patente não é tolerado sem reação, sendo essa mesma violência por demais estratégica na materialização da morte dos grupos excluídos para ser confrontada.

"É o descaso cobrando a conta", nos lembra Hamilton Borges. Por ela pagam a inocência da infância branca bruscamente interrompida e as centenas de corpos negros que não tem a seu favor o benefício da revolta.

***Mestra em Direito (UnB) e
ativista do EnegreSer.
analui@irohin.org.br**



Por que o caso Jonas não comoveu o Brasil?

Aline Cristina Oliveira do Carmo e Luciene Marcelino Ernesto*

Jonas Eduardo Santos de Souza, ex-jornaleiro, microempresário, sobreviveu às várias estatísticas das quais jovens negros são vítimas diariamente. De 0 a 6 anos, 6 aos 12, 12 aos 15, 15 aos 18, e dos 18 aos 24 anos, nos seus vários campos (educação, saúde, mortalidade, mercado de trabalho, etc.). Seus familiares acreditavam que Jonas estava a salvo, mas não estava. Sua morte foi causada pelo racismo impregnado nas práticas do sistema bancário. Foi assassinado dentro de seu banco, o Itaú, onde era correntista há mais de 10 anos.

Aconteceu em um dos maiores bancos privados do Brasil, com o maior rendimento em 2006, e também um dos bancos privados ajuizados por desigualdade racial no mercado de trabalho. Por um senso que se presume orientaria a prática dessas instituições, a visibilidade

gerada pelo episódio seria motivo suficiente para levar o banco Itaú a assumir sua responsabilidade no fato e tomar as providências cabíveis pela morte de um cliente no interior de uma agência do grupo. Mas o cliente do qual falamos é negro, e este fato por si só responde a

todos os questionamentos feitos ao longo deste artigo.

O ex-jornaleiro negro e microempresário Jonas Eduardo Santos de Souza, de 34 anos, foi morto com um tiro no peito, no último dia 22 de dezembro, dentro da agência do banco Itaú localizada na esquina

das avenidas Rio Branco e Nilo Peçanha, no centro do Rio de Janeiro. O assassino, também negro, Natalício de Souza Marins, é segurança do banco, contratado de forma terceirizada pela empresa Protege. O crime aconteceu após a vítima ter sido barrada diversas vezes na porta

VIOLÊNCIA

irohin

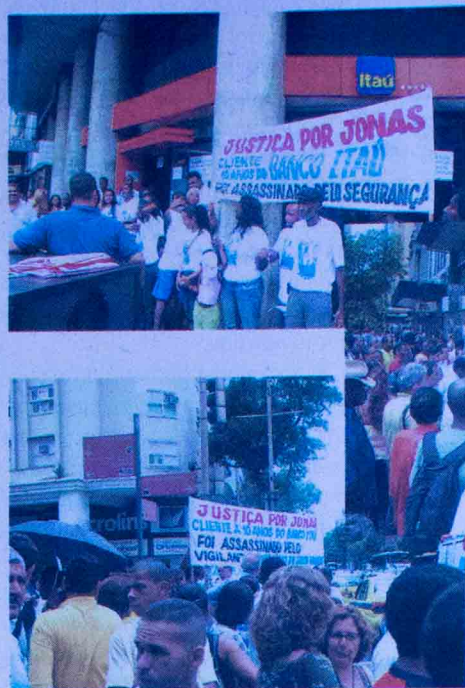
Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

giratória, sendo obrigado a retirar os pertences que portava. Sua entrada só foi autorizada depois de mostrar o cartão do banco, a pedido do gerente. Ao entrar na agência, houve uma discussão com o vigilante, que disparou o tiro fatal no interior do estabelecimento.

No primeiro depoimento dado ao Tribunal do Júri, Natalício Marins, acusado de homicídio doloso, informou que sua preparação se resumia a um curso de formação de duas semanas, com apenas um dia destinado à defesa pessoal. Informou ainda que o curso oferecia uma reciclagem a cada dois anos, de prática de tiro, com duração de apenas duas horas. No que diz respeito à porta giratória, ele ressaltou que o travamento é automático, sendo que o detector dessas portas é capaz de distinguir um molho de chaves de um celular, ou até de uma arma de pequeno porte, visto que seu funcionamento ocorre através da medição da densidade dos metais que o cliente carrega. Dessa maneira, o vigilante apenas tem o poder de destravar a porta. No entanto, embora os bancos neguem a prática de discriminação racial, é sabido que há um "entendimento subjetivo" que permite aos seguranças das agências serem mais rigorosos com determinados "perfis".

O Banco Itaú, assim como não assume sua responsabilidade com o quadro discriminatório no mercado de trabalho, não assume sua responsabilidade para com a morte de Jonas. Tentaram remover o corpo do interior da agência, o que só não ocorreu em virtude de a vítima estar acompanhada de um colega e pela reação indignada das pessoas que cercaram a agência; esvaziaram-na para não haver testemunhas e saíram com o vigilante já sem uniforme, porém não algemado.

É de se perguntar como um banco privado que recebe todos os meses milhões de reais em salários de funcionários públicos, inclusive negros, mantém esta atitude de culpar a vítima, estranhar o negro que atravessa a sua porta giratória, ou deveríamos chamar de identificatória? Vários casos como este já ocorreram e o banco Itaú há pouco tempo perdeu uma ação



nos mesmos moldes do ocorrido com Jonas, onde o jovem negro também não foi identificado como "cliente", ou seja, "não tinha aparência de cliente da instituição".

O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental-IARA, do Rio de Janeiro, vem atentando para essas práticas discriminatórias e pretende reunir casos semelhantes para elaborar uma representação (denúncia) ao Ministério Público para que se investigue o banco Itaú.

É importante aqui ressaltar que o objetivo não é diminuir a segurança em lugares públicos ou particulares, o que seria um absurdo. Contudo, essas práticas apenas refletem o que o Movimento Negro vem denunciando há anos e o que o Ministério Público Federal do Trabalho vem observando nos inquéritos nos quais investiga os cinco maiores bancos privados do país: os negros ocupam apenas 2% do corpo de funcionários dessas instituições, que insistem em afirmar que não discriminam ninguém. O fato de o assassino de Jonas também ser negro não descaracteriza em nada o racismo do episódio, visto que a opressão racial e a desvalorização do negro agem no imaginário da população brasileira como um todo e acaba por se expressar em condutas lamentáveis e revoltantes como a que resultou na morte de Jonas..

O banco divulgou, em nota oficial, que lamentava a fatalida-

de, na medida em que o vigilante teria agido em legítima defesa, após diversas agressões dirigidas pela vítima.

Segundo a nota, publicada no dia 28 de dezembro, data da primeira manifestação feita em frente à agência, o banco estaria prestando toda assistência e solidariedade à família de Jonas, o que foi desmentido por sua irmã Genáina à agência Afropress. Aliás, o banco somente entrou em contato com a família três meses após a morte de Jonas, o que aconteceu depois de uma reunião na qual a Diretoria Nacional do Itaú foi pressionada por entidades do Movimento Negro, que intentam promover uma reunião nacional do banco com vinte lideranças negras.

Uma semana após o ocorrido, foi criado o "Fórum contra a Impunidade Racial no Assassinato de Jonas no Banco Itaú". Convocado pela iniciativa do presidente do IARA e diretor da Federação Nacional dos Advogados (FeNadv) na época da primeira manifestação, possui como objetivo dar apoio à família de Jonas e à ação individual de reparação guiada pela advogada do caso, Dra. Maysa Evangelista. Visa também abrir pauta coletiva com entidades do Movimento Negro e sindical para apoiar os vários Jonas constrangidos diariamente na entrada de entidades financeiras. Nesse sentido, os participantes do Fórum já deram entrada em um pedido de audiência com o governador do Rio de Janeiro para descredenciar o Itaú como banco oficial do Estado.

No dia 26 de janeiro, após a segunda manifestação dos 30 dias da morte de Jonas, durante reunião da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que discutiu formas de inserção dos negros no mercado de trabalho bancário, o Dr. Humberto Adami solicitou um acompanhamento da CDHM em relação ao caso em questão, o que resultou numa nota oficial da Câmara dos Deputados, divulgada em 14 de fevereiro, de repúdio pela morte do ex-jornaleiro negro. De acordo com o texto, a comissão acompanhará os desdobramentos legais do caso, no intuito de impedir a impunidade dos responsáveis, indicando como racismo a principal motivação de crimes como esse.

Por fim, cabe mais uma reflexão: se o próprio governo federal já admitiu que o Brasil é um país racista, por que existem tão poucas condenações e/ou casos de flagrantes de racismo nos últimos cinco anos no Rio de Janeiro? Será uma questão de preparo dos órgãos fiscalizadores da lei ou um caso de racismo institucional?

Os organizadores do Fórum contra a impunidade do assassinato de Jonas no Itaú estão prevendo mais manifestações para os próximos dias, a fim de paralisar uma agência do banco por Estado, em todo o país. Esperamos a reação que se amplia consiga, pelo menos, despertar a população brasileira para o fato de que, caso a sociedade civil não se conscientizar e se organizar, o objetivo do nosso Estado, de promover uma democracia fundada na dignidade da pessoa humana, sem qualquer preconceito ou forma de discriminação, será esquecido, assim como os inúmeros casos dos outros Jonas que acontecem todo dia, Brasil afora.

Aline Cristina Oliveira do Carmo
Estudante de Direito na UNIRIO e em Filosofia na UERJ,
Estagiária do IARA
carmo_aline@yahoo.com.br

Luciene Marcelino Ernesto
Estudante de Pedagogia na UERJ, Estagiária do IARA
lucmarcelino@yahoo.com.br



Medo: uma política efetiva de **opressão**

Em memória de Clodoaldo da Silva Souza (Negro Blui).

Hamilton Borges Walê*

Do lugar em que estamos, militantes do Movimento Negro Nacional, podemos dizer: de fato conhecemos o Complexo Carcerário da Bahia. Pelo menos o abrigado na Mata Escura. Desde dentro, mas não de dentro dos muros, apenas. Para além dos muros, as almas das pessoas ali confinadas nos comunicam uma nova política a ser gestada contra a criminalização dos negros - que afinal são os pobres do país - que se observa em todo o território nacional.

As vidas depositadas e as histórias esquecidas entre pilhas de processos, despachos, questões burocráticas, o extermínio que se pratica cotidianamente, até que se atravesse o xadrez em que se vai apodrecer em vida. Tudo parece calculado, mas não! É uma cultura que se instalou na prática da segurança pública no Brasil. A cultura de se matar negros e se deliciar com os fatos na frente da TV.

O Cárcere é onde se acumulam dores, desprezo, abandono. É de onde partimos para tratar do problema geral de segurança pública. Existe espaço para se construir um efetivo projeto de cidadania. Se quiserem, se pudermos demolir os privilégios. Não é suficiente aqui apenas proclamar a defesa dos direitos humanos. Trata-se de salientar e destacar o combate ao racismo. Uma tarefa gigantesca que só será exitosa a partir de um novo modelo de sociedade, uma outra estrutura de Estado que não essa carcomida, falida, terminal.

A imprensa veicula o medo,



as instituições oficiais proclamam as leis necessárias para a efetivação da ordem, que inclui o "direito de matar, caso seja necessário". E está sendo. Centenas de inocentes dos bairros populares de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco, Brasília, Belo Horizonte estão sendo assassinados pela polícia. Chamamos de inocente toda pessoa que circule no território nacional, mesmo que tenha antecedentes criminais graves, e que são brutalizadas

pelas forças repressivas do governo.

O Estado não pode exterminar os cidadãos, é um pressuposto da civilidade que os republicanos tanto reivindicam para si. E a imprensa e as autoridades policiais e políticas do Brasil aproveitam para endurecer o jogo, estimulando o assassinato de suspeitos e culpados, sem dó nem piedade, com a justificativa de trazer de volta a ordem ao país.

O historiador Luiz Mi, em entrevista ao Programa Roda Viva da TV Educativa, dizia que o Estado não tem o direito de matar um homem sequer, e nós concordamos com isso e usaremos de todos os meios necessários para pressionar o Estado e proteger nossas vidas. Por isso estamos permanentemente mobilizados nas ruas, para que os canais de escuta sejam efetivos. Porque nossa experiência nos indica que temos que ter cautela para não sermos absorvidos pela máquina do Estado e daí nos acomodemos num silêncio cúmplice e criminoso. Se não, vejamos.

O Governo do Estado da Bahia, em sua atual gestão, manteve, em sua estrutura de segurança pública, policiais civis e militares já históricos por perseguirem os movimentos sociais. Ali tem gente que comandou o **massacre de Porto Seguro**, nas comemorações do "descobrimento", tem Coronel que comandou o **massacre dos estudantes da UFBA** - Universidade Federal da Bahia, porque protestavam contra ACM, no caso da violação do painel no Senado. Tem gente envolvida no Escândalo dos Grampos.

7
VIOLÊNCIA

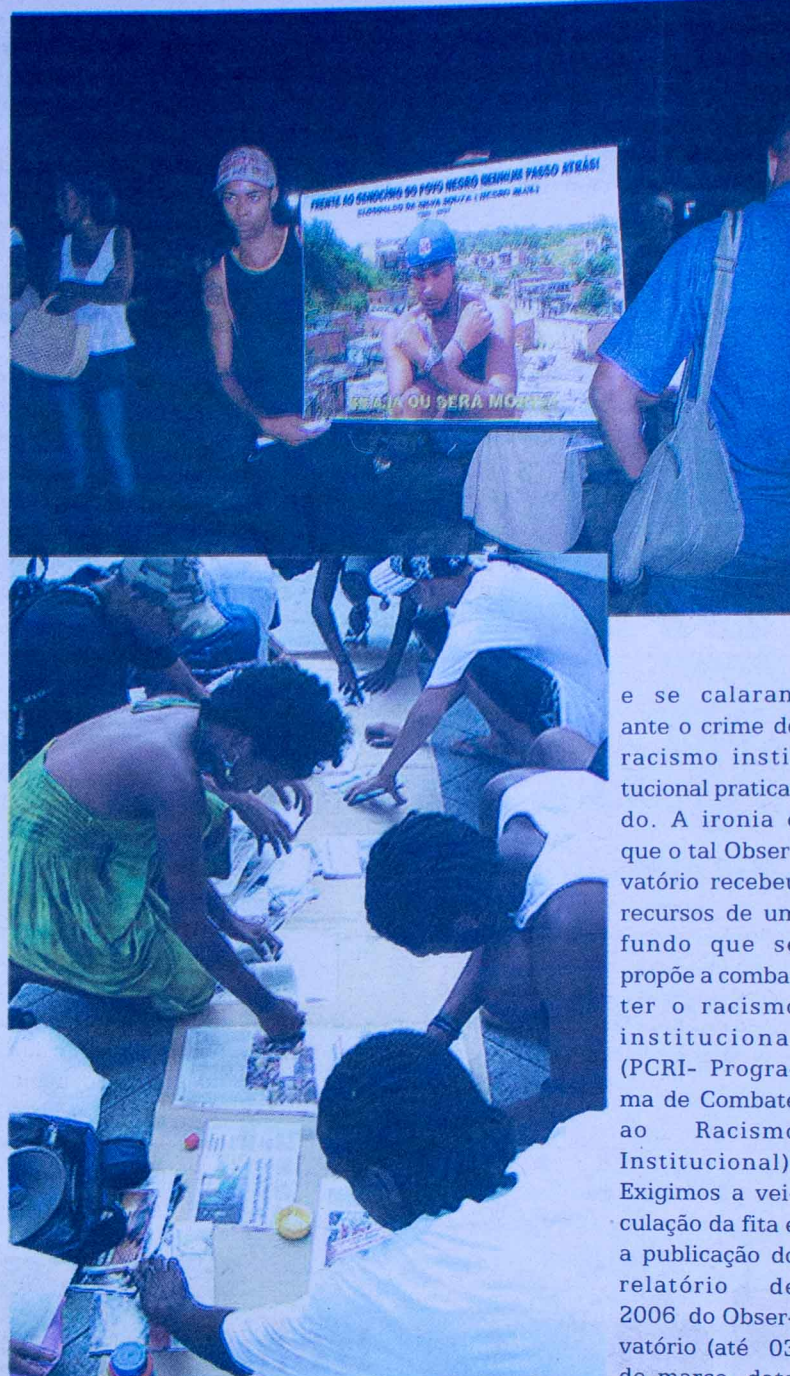
Em protesto, saímos às ruas, no dia 09 de fevereiro de 2007, exigindo um modelo menos racista de Segurança Pública, a começar pelo afastamento desses criminosos. Éramos um grupo de gatos pingados que parou a rua por três ou quatro horas. Fizemos nossa parte, mas tem muito militante bom que fica calado com cara de paisagem, enquanto a gente toma as ruas e exige que se interrompa a matança nas comunidades. Estamos dizendo ao novo governo que as práticas de brutalidade policial ainda persistem, que o extermínio da população ainda se confirma e que não acreditamos nas atuais propostas, que nada vai se alterar se não pautarmos o racismo no debate sobre segurança.

Se não chamar um debate aberto com a participação do Movimento Social. Se não abrir os arquivos da polícia para comprovarmos que existe a criminalização do Movimento Negro, e que corremos risco por discordar dos rumos da (in)segurança na Bahia.

Queremos que o Governo do Estado da Bahia apóie imediatamente, ainda em março, a abertura da CPI do extermínio tão pleiteada pelo Deputado Yulo Oiticica (PT), quando era oposição. Agora, com essa nova correlação de forças, sabemos ser possível uma investigação que vai pôr no banco dos réus os mandantes dos crimes de extermínio, que têm entre seus envolvidos pessoas de "colarinho branco", como Kátia Alves, a dama do grampo, conhecida como "miseravona de Itapoã", e Valdir Gomes Barbosa, que, segundo o Comando da Polícia Civil em nota publicada no jornal "A Tarde", edição de 27.02.2007, estão apenas "servindo", não dispondo de cargos.

Achamos importante e até oportuna a política do Observatório da Violência Racial, da SEMUR – Secretaria Municipal de Reparação, órgão que trata da questão dos negros na Prefeitura de Salvador. Sabemos também que nesses órgãos os funcionários têm que trabalhar dentro de um roteiro já pre-estabelecido pela visão de mundo branca. Se ousarem agir com autonomia, não serão bem vistos.

Por exemplo, no carnaval de 2006 o Observatório produziu um documento importantíssimo para



nossa luta, que é uma luta pela vida, contra a brutalidade policial. Trata-se de uma fita contendo cenas de barbárie, terrorismo de Estado praticado por policiais na Bahia. A fita ilustra tudo que estamos falando sobre violência racial, e, no entanto, o prefeito de Salvador, João Henrique, proibiu a veiculação das imagens, sabe-se lá por que motivo torpe e degradante.

A proibição ou censura do Prefeito a um documento importante para a fiscalização dessa violência não nos surpreendeu. Lamentável é que os prepostos do já citado Observatório obedeceram ao Prefeito

e se calaram ante o crime de racismo institucional praticado. A ironia é que o tal Observatório recebeu recursos de um fundo que se propõe a combater o racismo institucional (PCRI- Programa de Combate ao Racismo Institucional). Exigimos a veiculação da fita e a publicação do relatório de 2006 do Observatório (até 03 de março, data de envio desse

texto à redação do Irohin, nada foi publicado). E não falo de uma nota no jornal, ou um e-mail pessoal, falo da publicação do relatório com a presença do Movimento Negro da cidade, podendo opinar, sugerir e criticar. Falo de dinheiro público que deve chegar a seu objetivo final.

Estas são questões que queremos pautar com o Governo do Estado, não de forma pessoal, um grupinho que aparece ali, outro acolá, mas num debate amplo com todas as forças sociais, com participação efetiva. Temos propostas para a segurança, para a

questão carcerária, para educação, para a tecnologia, para a saúde. Somos maioria no estado (ainda que sub-representados no Governo) e temos que ser tratados como maioria. Mas, francamente, não é com docilidade de servos e pragmatismo oportunista que alcançaremos qualquer vitória. É com respeito, franqueza e solidariedade.

Exigimos o fim do terror, da tortura nas delegacias de polícia, pois não nos faltam relatos de pessoas que foram espartilhadas para confessar crimes cometidos ou não, mas foram espartilhadas. Suplícios ainda acontecem como se estivéssemos numa colônia escrava. E temos provas. O sistema prisional, nesses anos de dominação carlista, deixou uma herança de terror, medo, tortura. Muito tem que ser feito, mas é bom começar com o mínimo: creme dental, toalhas de banho, refeição compatível com as necessidades de um homem adulto, uma assistência social que acolha e não humilhe, um serviço médico que não seja refém da vontade política e humanitária de seu Diretor, mas que seja uma política pública, como preconizado pela Portaria Interministerial nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, dos Ministérios da Saúde e da Justiça, que institui o Plano de Saúde Penitenciário. Que os benefícios legais dos condenados sejam respeitados.

Exigimos a imediata mudança da polícia fascista e racista baiana que odeia negros, mesmo com a maioria de seu contingente fazendo parte desse grupo racial, revelando a outra face do racismo: antes de nos matar fisicamente eles nos matam espiritual e psicologicamente.

É isso, contra a política do medo, por uma política de direitos, pela vida, contra o racismo.

***Militante do Movimento Negro Unificado/Ba
Articulador da Campanha Reaja ou será mort@
Coordenador do Projeto Cultura Intramuros na Penitenciária Lemos Brito/Ba**

Duas ações de extermínio

O Jovem Edvandro de Jesus Pereira brincava, no dia 28 de fevereiro de 2007, com seus amigos em uma rua movimentada do Cabula V, quando policiais da 23ª Companhia Independente da Polícia Militar, tendo à frente o tenente Pestana, atribuíram ao grupo uma atitude suspeita, atiraram, "alvejaram Edvandro e perseguiram os dois outros rapazes, depois voltaram e pegaram a vítima, deixando-a já sem vida no hospital Roberto Santos" (fonte A Tarde) .

Edvandro, 19 anos, negro, morador do Cabula V, bairro negro e antigo quilombo, alvejado e conduzido pelos policiais, só deu entrada no hospital Roberto Santos 30 minutos depois, num percurso que pode ser feito em 10 minutos. Edvandro chegou já sem vida ao hospital e, no boletim de ocorrência, consta que os policiais disseram que prestavam socorro à vítima.

Os familiares de Edvandro protestaram, alegando falta de verdade nos depoimentos dos policiais e afirmando que eles dispararam a bala que tirou a vida de Edvandro. O caso ganhou repercussão na imprensa e a polícia realizou um exame de balística que comprovou que a arma que disparou contra Edvandro era uma ponto 40, de uso exclusivo das polícias Civil e Militar. Até hoje os policiais envolvidos negam o crime.

No dia 1º de março, o jovem artista de rap, Clodoaldo da Silva Souza (Negro Blul), 22 anos, morador da Nova Brasília, e o jovem Kleber Araújo Alves (Bronca), também Rapper, voltavam para casa por um caminho conhecido por ser ponto de desova dos grupos de extermínio. Foram parados por dois carros, conduzindo homens fortemente armados que gritavam: "não corre ninguém". Em seguida, ordenaram a Clodoaldo que se ajoelhasse. Embora implorasse por sua vida, Clodoaldo foi fulminado, enquanto Kleber, baleado nas costas, corre sério risco de ficar paraplégico. Uma terceira pessoa, que preferimos ocultar o nome, foi baleada de raspão e passa bem.

Os fatos acima mencionados apenas exemplificam a situação de guerra que vivenciamos e o terror praticado pelo Estado dentro das comunidades.

No caso dos jovens Clodoaldo e Kleber, a polícia informou à imprensa que se tratava de briga de gangue pelo controle do tráfico, como sempre fazem quando a vítima é negra. Conhecíamos as duas vítimas e atestamos que eles não tinham qualquer envolvimento com o crime, que não eram usuários ou traficantes de drogas, nem se envolviam em atos de violência. Ao contrário, desenvolviam atividades comunitárias de formação e denunciavam a brutalidade policial nas letras de suas canções. Foi encontrada uma escopeta ao lado do corpo de Clodoaldo, prática comum dos esquadrões da morte.

No dia 05 de março, fizemos um novo protesto contra a política de segurança racista e genocida. Uma caminhada, da Praça Municipal até a porta da Secretaria de Segurança Pública, não conseguiu ser recebida pelo delegado plantonista.

Reivindicávamos ali uma audiência com o Secretário de Segurança Pública e o Governador para:

- Exigir imediata investigação dos assassinatos, utilizando-se os meios técnicos necessários para a apuração;
- A punição rigorosa dos culpados;
- A garantia de segurança pessoal das testemunhas, sobretudo Kleber que está em situação grave de saúde;
- Indenização para as duas famílias que perderam seus entes na fase mais produtiva de suas vidas
- Indenização para Kleber, tratamento médico adequado, fisioterapia;
- Construção de um processo de debate sobre segurança pública para a formatação de um novo projeto, com participação da sociedade civil;
- Garantia de segurança efetiva para as pessoas do Movimento Negro envolvidas nessas denúncias.

Hamilton Borges Walé



Ìrohìn na internet !

Informe-se e participe, acessando www.irohin.org.br

O Ìrohìn on line é atualizado diariamente:

Opinião, notícias, clipping, artigos e enquete.

Aproveite e faça sua assinatura, ainda gratuita.

www.irohin.org.br

Ìrohìn

- Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros



Entrevista com Ana Costa

Promover a eqüidade em saúde, combatendo o racismo

Ana Maria Costa, 56 anos, médica e doutora em ciências da Saúde, é diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde e tem uma longa e bem sucedida militância no movimento sanitário e no movimento feminista. Mineira, três filhos, radicada em Brasília desde os anos 70, Ana Costa tem se dedicado à promoção da eqüidade e é pessoa decisiva na implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada, por unanimidade, no Conselho Nacional de Saúde, em 10 de dezembro de 2006.

Ìrohìn- Ana, fale sobre a construção da política de saúde para a população negra.

Ana Costa - Desde o início do governo Lula, uma das grandes diretrizes era que se atuasse no sentido da redução das iniquidades. Iniquidades sociais, que a gente encontra na população brasileira seja em virtude do local de moradia, do território, seja em razão da classe social, da etnia. Essa foi uma diretriz que todos os ministérios receberam. A forma que o Ministério da Saúde encontrou para identificar essas desigualdades - uma das formas - foi estabelecendo uma linha de diálogo mais direto com a sociedade, com pesquisadores das áreas específicas. E com isso nós constituímos um comitê técnico, que é composto de lideranças e pesquisadores envolvidos com o tema da saúde da população negra e técnicos de todas as áreas do Ministério da Saúde. Esse comitê técnico trabalhou durante os dois primeiros anos do governo - 2003/2004 - um trabalho mais interno, de formulação, de busca de um consenso sobre a forma de se atuar sobre a saúde da população negra. Houve também um grande seminário, que definiu as bases do que seria essa ação do Ministério da Saúde.

Ìrohìn- Um campo em que já havia alguns avanços, com pressão intensa do Movimento Negro.

Ana Costa - Sim, claro. Acho que o mérito dessa situação que encontramos no atual governo decorre de uma forte ação de militância que já vinha cavando gretas, cavando espaço no aparelho do Estado. O que ocorre é que o próprio movimento tinha uma demanda muito específica sobre a questão da anemia falciforme. Já havia alguns programas, mas o que é mais interessante, e que foi fruto desse governo, foi a recuperação de um outro conceito de saúde da população negra que vai muito mais além, vamos dizer, do geneticamente determinado. O conceito que hoje adotamos e que iluminou todo o trabalho do comitê, é um conceito de saúde muito mais complexo. Porque as condições de exclusão da população negra são muito mais violentas do ponto de

vista das repercussões sobre a sua saúde, do que as condições genéticas. Do ponto de vista dos indicadores de saúde, é muito mais grave

a mortalidade por violência entre negros, do que a mortalidade por anemia falciforme. É muito mais grave a mortalidade por alcoolismo, do que a morbidade por anemia. Com isso a gente não quer dizer que não seja importante ter tecnologias e serviços ade-

quados para a população negra que tem anemia falciforme. Mas que é muito pouco pensar em anemia falciforme se nós queremos melhorar os indicadores de saúde da população negra. Foi esse conceito que nós concertamos dentro do comitê e que definimos como base da própria política. Essa condição da exclusão, essa condição que é produtora de uma péssima saúde entre

os negros, ela foi evidenciada pela realidade que os dados da área de saúde puderam nos mostrar, a partir da implantação do quesito cor nos formulários de informação da saúde, que foi uma luta e uma conquista do Movimento Negro em tempos passados também. Nós, na verdade, já colhemos frutos e esses frutos nos fortaleceram do ponto de vista da argumentação, das evidências. Quando a gente produz o primeiro diagnóstico de saúde por etnia, ficou escancarada a desigualdade. A desigualdade em relação à mortalidade materna é muito maior entre negros, a mortalidade entre jovens é muito maior entre negros, a mortalidade urbana é muito maior entre negros.

Ìrohìn- A Política Nacional de Saúde Integral da População, aprovada em dezembro do ano passado pelo Conselho Nacional de Saúde, é o melhor resultado do primeiro mandato de Lula. E agora? Quais os caminhos para implementação da política?

Ana Costa- Essa é uma política para o SUS - Sistema Único de Saúde. Ela tem que ser executada pelos estados e pelos municípios. Especialmente pelos municípios porque são os grandes executores



do processo de atenção e de cuidado à saúde, dentro do modelo de Sistema Único de Saúde que nós definimos.

Ìrohìn- O Departamento que você coordena, de Apoio à Gestão Participativa, tem alguma definição de estratégia para estimular e sensibilizar esses municípios?

Ana Costa- Exatamente. O Ministério da Saúde, dentro da lógica da gestão do Sistema Único de Saúde, trabalha com indução de políticas. Quando uma política, formulada no interior do Ministério da Saúde, é aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, ato seguinte, ela é acordada, é pactuada numa instância que nós chamamos de Tripartite. A instância tripartite agrega o gestor municipal, o gestor estadual e o gestor federal. É nesse momento que nós começamos a tornar essa política uma política a ser efetivada. Nós acabamos de aprovar a política no Conselho Nacional de Saúde. Estamos preparando uma ferramenta para negociar com a tripartite. A política, quando sai do Conselho tem suas grandes intenções, seus grandes objetivos aprovados. Nós agora estamos transformando – e é esse o momento em que nós estamos – essas intenções e objetivos em orientações concretas aos municípios. Nós estamos nesse momento preparando uma ferramenta de gestão para enfrentamento das iniquidades. Essa ferramenta de planejamento e de gestão é o que nós vamos pactuar na tripartite. No momento que nós pactuamos isso com a tripartite, passa a ser norma do SUS trabalhar naquela linha.

Ìrohìn- Vocês estão encontrando algum tipo de obstáculo?

Ana Costa- Nós estamos tendo muito cuidado para que não haja obstáculos. Começaremos a trabalhar com a câmara tripartite no mês de abril e creio que até maio teremos essa ferramenta pactuada.

Ìrohìn - Como você avalia a participação das entidades e organizações do Movimento Negro na implementação da política?

Ana Costa- Acho que é funda-



Fotos: Daniel Cardoso

mental. Não só no formato do comitê que nós instituímos e mantemos aqui no âmbito do governo federal, mas especialmente no âmbito dos estados e municípios. Simultaneamente, inclusive, nós estamos atuando no sentido de fomentar projetos que possam fortalecer a consciência do direito à saúde entre os negros. Nós estamos fechando um projeto que financiamos para que a ONG Crioula (RJ) pudesse trabalhar junto a lideranças populares de movimentos negros e de outras instituições que lidam com temas relacionados à população negra, para que eles pudessem passar a realizar o controle social da saúde. Porque o SUS é uma instância muito permeável ao controle social e à participação social. E quando a gente levantou os 5.565 municípios brasileiros, era absolutamente ausente a representação de negros. Apesar de grande parte dos conselheiros de saúde ser negra. E a ausência da temática era absoluta dentro do debate cotidiano dos Conselhos. Ou seja, é um terreno muito fértil. Quando vamos aos estados discutir a política, nós assistimos ao renascimento da consciência identitária dos conselheiros. É uma coisa muito bonita.

Ìrohìn - Vamos falar de dinheiro. A mídia tem noticiado que o contingenciamento previsto pelo governo para o orçamento de 2007 afeta particularmente a área da saúde. A implementação da política de saúde da população negra



pode ser, de algum modo, prejudicada por problemas de orçamento?

Ana Costa- Nós da saúde estamos acostumados, desde a criação do Sistema Único de Saúde, no contexto da seguridade social, a receber golpes e golpes que nos sacrificam e nos mutilam quanto à consolidação do próprio projeto do Sistema Único de Saúde. Começou lá com Antônio Brito tirando a saúde do Sistema de Seguridade Social, o que obrigou o ministro Jatene, na época, a sair mendigando com pires na mão, com a CPMF, que tão logo foi criada também saiu da saúde. Essa consciência é muito importante. O projeto do SUS é um projeto contra-hegemônico. É um projeto de bem-estar social. Nós marchamos contra a corrente neoliberal da redução do papel do Estado. Todos nós que trabalhamos na saúde temos que saber que trabalhar na saúde é brigar permanentemente. Esse foi mais um golpe. É muito lamentável isso. Porque quando a gente vê verba da saúde ser contingenciada, ver o debate da desvinculação atingir a área da saúde, a gente fica lamentando que não tenha ainda conquistado uma consciência universal sobre esse lugar da saúde no desenvolvimento social, sobre essa prioridade. Por outro lado, a política de atenção integral à saúde da população negra é uma política de qualificação do processo de atenção e de cuidado. O dinheiro do SUS em si mesmo é suficiente para o processo de atenção e de cui-

dado. Nós dispomos de dinheiro no Ministério da Saúde e não fomos contingenciados para sensibilizar gestores, para capacitação de recursos humanos, para ampliação de pesquisa e de conhecimento, para isso a gente dispõe de recursos, são atividades que estão no campo da indução, da formação e da capacitação de conselheiros, de profissionais de saúde, enfim. O atendimento no Posto de Saúde, no Hospital, o dinheiro do SUS já é pra isso. O financiamento do SUS, a gente está contando com isso também, deu um grande salto de gestão agora, com o Pacto pela Saúde. O Pacto re-introduz uma nova lógica de financiamento. Nos anos 90, a lógica de financiamento originou 134 contas que o gestor municipal tinha que gerir. Se o dinheiro era pra comprar óculos marrom, só podia comprar óculos marrom. Não podia comprar celular, não podia comprar remédio. Era uma loucura. Nós fizemos uma revolução nesse processo, nessa atual gestão. Juntamos essas 134 contas em cinco blocos. Com isso o gestor vai ter muito mais liberdade. O gestor agora vai ter que ter responsabilidade de implementar todas as políticas dentro daquele montante que ele está recebendo. E essa base de recurso que ele recebe é em cima da população. A população negra está sendo beneficiada porque ela é 50% da população brasileira. Na hora que o gestor recebe para 50 mil habitantes, a população negra tem que cobrar a especificidade. Por isso que é importante o controle social e a ampliação da consciência política. Porque o dinheiro já está contido ali. Esse outro conjunto de recursos que nós dispomos, aí em torno de 10 milhões, para esse tipo de indução, é mais que suficiente.

Ìrohìn- Conhecendo as resistências que o racismo cria na subjetividade das pessoas, será que não valia a pena uma ampla campanha de divulgação da política de saúde integral da população negra, que alcançasse os postos e centros de saúde, mas chegasse também aos terminais rodoviários, aos mercados, aos estádios, às escolas, ao rádio e à TV? Há recursos para isso?

Ana Costa- Você tem razão.

Tem recurso para isso, sim. Inclusive lançamos um cartaz que está sendo distribuído amplamente em centros de saúde, postos, hospitais e tudo, que é um cartaz contra o racismo. Essa campanha foi concebida antes mesmo de a política ser aprovada e por isso não há uma menção direta. Mas já era a marca de um compromisso do Ministério da Saúde com uma postura de desconstrução do racismo. O que fizemos para divulgar a política foi um folder. Com relação à televisão, por exemplo, a gente entra numa vala que é a vala comum das prioridades de governo na comunicação. É complicadíssimo. São 4 assuntos prioritários...

Ìrohìn- Na briga pela formação da opinião nessa temática é evidente que as grandes empresas de comunicação não toleram a idéia de políticas públicas voltadas para a população negra...

Ana Costa - Não é só na comunicação, é no campo acadêmico também.

Ìrohìn - ...e agem contra. En-

tão, como chegar à população que escuta o rádio enquanto cozinha e lava roupa, ou assiste à novela na TV? Será que a Casa Civil tem uma real dimensão da importante política que se aprovou no Ministério da Saúde?

Ana Costa - É importante que a Casa Civil capitalize a grande conquista da política de atenção à saúde da população negra. Eu acho que isso é importante, inclusive capitalize e valorize essa iniciativa. Eu sinto que a grande meta da Casa Civil é o Brasil Quilombola. Que, sem dúvida, é uma meta de governo e é extremamente meritória. Mas, além do Brasil Quilombola, nós temos que dar conta da complexidade da população negra urbana e tudo isso. Acho que é um desafio para nós agora levarmos à Casa Civil e não só à Casa Civil, mas ao Conselho de Desenvolvimento Social, e difundir essa como uma política exemplar, até mesmo para que os outros ministérios possam se espelhar. Para mim, o programa de promoção da igualdade racial deve se compor de várias políticas setoriais que dêem

conta de, articuladas, promover o desenvolvimento social desse grupo populacional.

Ìrohìn - Ana, você fez referência ao campo acadêmico, poderia falar um pouco mais sobre isso?

Ana Costa - Nós precisamos começar também a fortalecer o debate no campo acadêmico. Na saúde talvez, como um setor muito particular, a produção acadêmica no campo da saúde coletiva tem uma porosidade imediata no campo da gestão. Até porque nós gestores, na maioria das vezes, temos vida dupla. A gente transita entre o mundo acadêmico e o mundo da gestão. Estou muito preocupada e creio que poderíamos, inclusive, começar a fazer um monitoramento do que está saindo em reação à política de saúde da população negra. Eu sei porque tenho entrado já em alguns debates acadêmicos bastante calorosos e estou me sentindo um pouco só nessa história. Precisamos de mais fundamentação e de mais vigor na produção. Que não é a produção militante, mas uma produção mais especializada, baseada em pesquisas.

Ìrohìn- Por que não pensar na edição de um livro reunindo diferentes especialistas da área de saúde, que pudessem estar avaliando e debatendo a política?

Ana Costa - Sem dúvida. Nós financiamos uma edição de uma revista extremamente respeitada no campo da saúde, chama-se "Saúde e Sociedade". Uma edição para se discutir a questão da etnia, pobreza e exclusão social. Lamentavelmente, todas as pessoas que nós pautamos para escrever naquela revista não compareceram. Como somos muito poucos - eu até reconheço - acaba que a gente ... mas não é o momento de a gente arrefecer. É o momento de sermos até mais vigorosos, e comparecermos com mais força nesses espaços, digamos assim, de debate. Mais do que o debate verbal, (porque às vezes nesse debate verbal entra a passionalidade), precisamos começar a nos fortalecermos com argumentos sólidos, nos empoderando mesmo.

(Ana Costa conversou com Edson Cardoso no dia 02 de março de 2007.)



A Cor do Espaço Urbano

A partir da análise da configuração urbana do DF fica mais fácil entender como a desigualdade territorial age para a manutenção das desigualdades raciais brasileiras.

Marcel Cláudio Sant'Ana*

Munido de um estoque considerável de senso comum, custa ao brasileiro acreditar que sob certos aspectos a instituição de práticas racistas no Brasil se equipara à instituição de práticas racistas da sociedade norte-americana ou sul-africana: afinal, bombardeado desde sua infância pela ideologia da democracia racial, âmagô da nossa noção de identidade nacional, este

brasileiro, no 'melhor espírito' da Liberté - Egalité - Fraternité, poucas chances tem de se questionar quanto à ação de fatores raciais atuando na conformação da estrutura social brasileira, na estratificação social e conseqüente desigualdade.

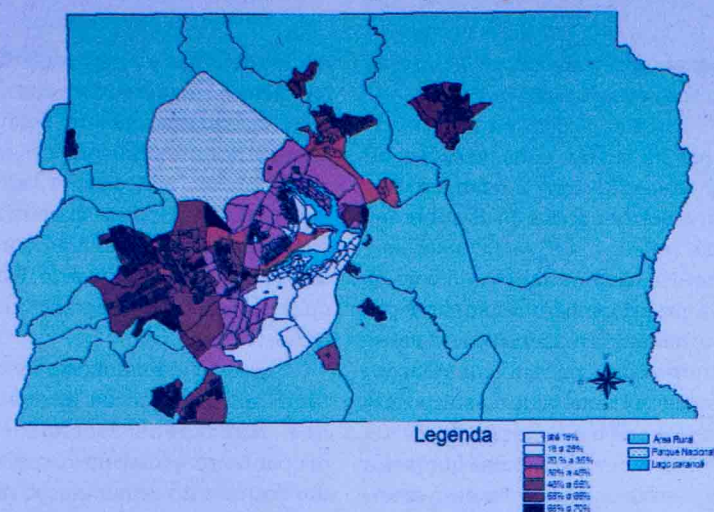
Nesta perspectiva, onde os fatores raciais são desconsiderados, pois não podem ser aceitos no plano oficial de nossas práticas cultu-

rais apesar de reinarem no plano oficioso, e sob o pano de fundo de uma teoria economicista, este brasileiro entende a desigualdade social apenas pelo viés econômico, que abarca a população como um todo, independentemente do grupo racial a qual pertença, restaurando a segurança do nosso mito de origem - um país construído pela relação harmônica entre brancos,

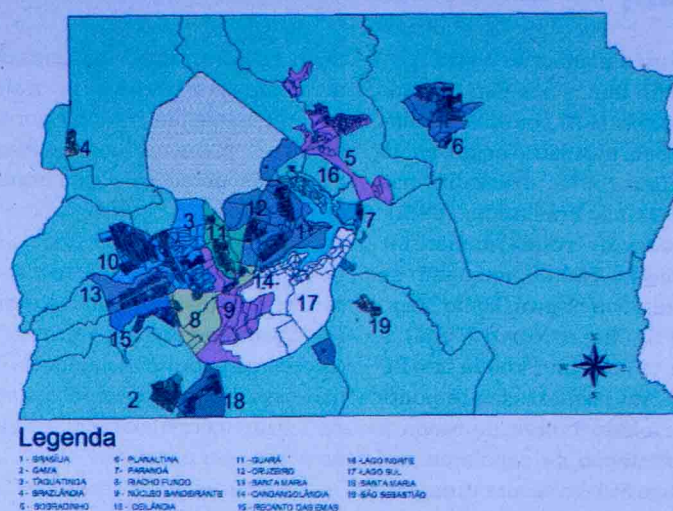
índios e negros -, mais que isso, lhe possibilita solidificar a naturalização das desigualdades raciais e da apropriação da riqueza nacional e das benesses do Estado pela população branca, sem o inconveniente de conflitos raciais explícitos.

Ao entrarmos no questionamento sobre as nossas cidades, sobre as desigualdades sociais desenhadas no território fisi-

MAPA 1- Distribuição da População Negra - DF 2000



Regiões Administrativas do Distrito Federal



co, os mesmos pressupostos são validados pelo senso comum e pelas teorias deterministas de fundo economicista: se por um lado a visão ortodoxa da ciência econômica quer levar a cabo as explicações sobre estratificação social, na mesma direção, a reboque neste processo, também encontramos uma linha de pensamento sobre a estruturação do espaço urbano como processo resultante do determinismo econômico a reger a ação dos indivíduos. Assim, as pesquisas sobre segregação sócio-espacial e desigualdade urbana têm se estruturado sob uma fundamentação determinista, onde a economia, ou melhor, o domínio do capital financeiro, os fatores de ordem econômica, diretamente e indiretamente, independente da realidade social e da localidade desta no globo terrestre (à luz de um processo econômico globalizado), é tomado como fundamento para o entendimento das questões espaciais intra-urbanas.

Deste discurso falacioso um ponto deve ser tomado por verdadeiro, as ações e atores a agirem na conformação da nossa estrutura social são os mesmos a agirem na conformação do nosso espaço urbano. Espaço territorial e espaço social são elos indissociáveis de uma mesma corrente, elos que se validam um ao outro para se afirmarem e reforçar a própria estrutura. Desta forma, ao pensarmos as cidades brasileiras devemos pensar o seu papel frente ao nosso processo de formação socioeconômico, às nossas prá-



Acima, a precariedade de Itapoan; abaixo, a suntuosidade do Lago Norte.

ticas culturais/ideológicas, às respostas dadas por este para a manutenção de um *status quo* que se inicia ainda no período colonial com

o escravismo e chega aos dias de hoje, em uma sociedade de economia de mercado.

Aqui as desigualdades urba-

nas assumem um importante papel para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil. A partir da análise da configuração urbana do Distrito Federal (DF) e da conformação histórica de seu espaço urbano fica mais claro falar em estruturação urbana da segregação racial, fica mais claro entender como a desigualdade territorial age para a manutenção das desigualdades raciais brasileiras.

O DF apresenta uma situação particular em termos de composição racial da população, negros e brancos assumem uma igualdade numérica: a população branca responde por 49,15% da população total e a população negra por 49,57% (PDAD-2004). Mas essa igualdade não implica em igual distribuição no espaço urbano, muito menos em apropriação de equipamentos públicos e serviços urbanos: Como podemos ver no mapa, a população negra se concentra nas regiões periféricas do DF ou em áreas de degradação sócio-ambiental mais próximas ao núcleo de trabalho e renda — Brasília. Essa concentração da população negra em áreas periféricas coincide diretamente com a distribuição da população de analfabetos, com a concentração de ocorrências policiais, de desemprego, de irregularidade fundiária, de habitações sub-normais, de menor oferta de serviços públicos (principalmente de saúde e educação), de equipamentos de lazer, entre outros. O que acaba por constituir uma intersecção de variáveis nega-

Fotos: Daniel Cardoso

tivas sobre a população negra.

Assim temos nas Regiões Administrativas (RA) com maior concentração da população negra, como a Estrutural (66%), o Recanto das Emas (63%) e Brazlândia (64%), uma média de renda domiciliar mensal de R\$ 790,50, enquanto as RA's de maioria branca, como Lago Sul (85%), Lago Norte (70%) e Brasília (77%), uma renda de R\$ 8408,00. Vale aqui ressaltar os extremos da distribuição de renda e da concentração de população negra: o Lago Sul apresenta uma renda de R\$ 11.276,00 enquanto a Estrutural de R\$ 499,00.

A exemplo do que ocorre com a distribuição da renda, ao nos depararmos com os dados que caracterizam a escolarização e a taxa de analfabetismo da população, a mesma condição de exclusão se repen-

te: as RA's com maior porcentagem de população nordestina, negra, com menor renda e maior porcentagem de população jovem, detêm as piores posições nas taxas de escolarização. A população com nível superior completo está majoritariamente concentrada nas Regiões Administrativas com maior porcentagem de população branca. Já a população com 1º grau incompleto está majoritariamente concentrada nas RA's com maior porcentagem de população negra.

Ao se falar em irregularidade fundiária a mesma oposição é verificada, nas RA's com maior proporção de população negra (citadas no parágrafo anterior) apresentam a média de 28,3% dos terrenos em situação de irregularidade fundiária, enquanto que as RA's com maior concentração de população branca

apresentam a média de 1,02% de terrenos em situação irregular.

Essas oposições entre os territórios de maior concentração de pessoas negras com os de maior concentração de população de cor branca se reflete em diversas variáveis pesquisadas. Em muito isso é devido à própria estruturação do espaço urbano do Distrito Federal constituído ainda na sua construção: Brasília, o Plano Piloto, estava destinada para a habitação da alta e média burocracia estatal que seria transferida do Rio de Janeiro, brancos em sua maioria, não estava previsto o assentamento dos milhares de nordestinos, negros em sua maioria, que iludidos pelo sonho do "Eldorado do Cerrado" vieram construir a capital do país.

Aos negros acabaram sendo destinadas as áreas distantes do

núcleo destinado à população branca: áreas desestruturadas, com infra-estrutura urbana desigual, com menor possibilidade de acesso ao emprego, educação e lazer — áreas com baixíssima qualidade de vida urbana. Podemos falar em uma segregação planejada pelo Estado, onde nordestinos, negros, não cabiam.

E neste jogo oficioso, de constante solidificação da apropriação das vantagens sociais pelo grupamento social de cor branca, em detrimento da população negra, mais uma vez nordestinos e negros seriam colocados à margem do maravilhoso projeto de desenvolvimento da nação.

***Mestre em Planejamento Urbano (UnB) e assessor técnico do Ministério das Cidades.**

FÓRUM NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Mulheres querem participar

Sílvia Camurça, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, esteve em Brasília no dia 01.03. 2007 e falou ao Ìrohìn sobre a participação do Movimento de Mulheres no Fórum Nacional da Previdência Social. A AMB está articulada com a Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e o Movimento de Mulheres Camponesas. Trabalhando na informalidade e sem o reconhecimento do trabalho doméstico, ou com remuneração inferior aos homens e se aposentando também em menor proporção que os homens, as mulheres reivindicam o direito de participar, “com voz própria”, no Fórum onde se vão discutir os rumos da Previdência.



Ìrohìn – Sílvia, o que a trouxe a Brasília dessa vez?

Sílvia Camurça – Nós viemos construir uma avaliação do quadro dessa segunda reforma da Previdência, do segundo mandato do governo Lula. Foi instalado o Fórum Nacional de Reforma da Previdência, que para nós é uma conquista enorme, porque a primeira reforma da Previdência realizada no primeiro mandato de Lula teve pouco espaço de diálogo com a sociedade, ao contrário da reforma Trabalhista, que desde o início teve o seu Fórum de tra-

balho instalado. O governo já percebeu a importância dessa interlocução e o Fórum vai trabalhar de março a agosto, dialogando sobre diferentes aspectos da Previdência Social e depois formulando proposições. Estamos em Brasília dialogando com outras articulações de mulheres dos setores populares, especialmente das mulheres que trabalham na informalidade, de maneira precária, cujo reconhecimento enquanto força de trabalho às vezes não se dá nem no próprio movimento sindical, e que se ressentem da ausência no Fórum Nacional.

-Ìrohìn – Formalmente, quem participa do Fórum?

Sílvia Camurça – É um Fórum tripartite, que inclui governo, sociedade civil e o setor empresarial. A nossa questão é que na representação da sociedade civil o critério é unicamente sindical. Todas as centrais sindicais têm assento no Fórum. Mas a sociedade civil não se restringe ao movimento sindical, ela inclui também o movimento de mulheres negras, de mulheres pescadeiras, de quilombolas, das

extrativistas, das quebradeiras de coco, as trabalhadoras domésticas, as mulheres trabalhadoras de rua, o mercado informal que não é sindicalizado.

Ìrohìn- Quais são as resistências?

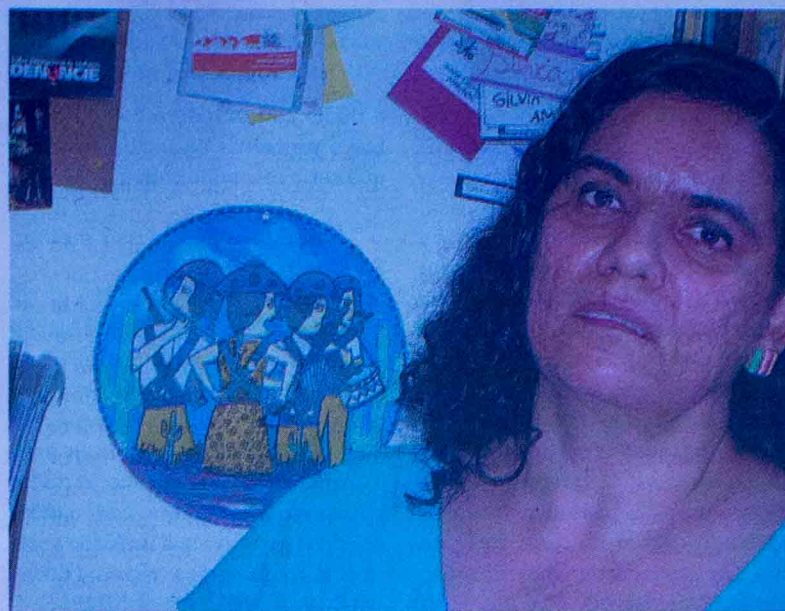
Sílvia Camurça- Veja, as mulheres estão presentes, porque a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está presente. É muito importante a Secretaria estar no segmento de governo, seria um absurdo não estar. As mulheres estão presentes também porque existem mulheres sindicalizadas. Mas existe um outro sujeito político, que se chama Movimento Popular de Mulheres, que não está presente. Esse sujeito político traz questões que não são fáceis de serem colocadas. O que a gente reivindica é uma voz para esse sujeito. As trabalhadoras domésticas, ontem, em nossa reunião de articulação, diziam: "a gente não quer dizer pra alguém dizer no Fórum o que a gente vive, a gente quer estar no Fórum e a gente mesmo dizer". Então é diferente você reivindicar um lugar onde sua fala seja formulada a partir de você mesmo.

Ìrohìn- Quais são as questões que esse setor do movimento de mulheres coloca?

Sílvia Camurça- Em primeiro lugar, que a Previdência não pode ser contributiva. Há setores que não podem contribuir pagando, mas que precisam de proteção, inclusive na velhice. A manicure, a vendedora de acarajé e tantas outras trabalhadoras que contribuem para a economia porque com seu dinheiro sustentam a família, compram comida, roupa, sapato, dão dinheiro para a C & A, consomem mas são desprotegidas, e só terão direito à Previdência se pagarem todo mês. Se uma delas for atropelada e morrer, os filhos não recebem nem pensão por morte.

Ìrohìn- E qual a proposta?

Sílvia Camurça - A proposta é que se cumpram os preceitos constitucionais, onde os recursos da seguridade social incluem a contri-



buição de quem trabalha e pode pagar, mais a taxaço sobre os lucros e mais todo o dinheiro das loterias, tudo isso financia a Previdência. Pelos estudos dos auditores fiscais da Previdência, ela é superavitária e não deficitária. A gente vai continuar dizendo que não tem déficit. Que é possível proteger todas as pessoas que trabalham e geram renda, porque a catadora de papel é quem gera lucro para aquela indústria de papel que faz a sofisticada agenda que está na papelaria. Mas a catadora de papel não pode pagar 8% do salário mínimo de contribuição previdenciária, mas ela ajudou a gerar riqueza. Então, o lucro das empresas, conforme a Constituição de 88, tem que financiar a Previdência.

Ìrohìn- Então o sistema não pode ser só contributivo?

Sílvia Camurça - Não, tem que ser um sistema misto. Um dos melhores sistemas de Previdência do mundo é o da Dinamarca e ele é misto. É contributivo e também de taxaço em cima de imposto. Isso produz a justiça social. Esse ponto é difícil de entender porque — embora o governo Lula esteja cada vez mais sensível — até mesmo grande parte do movimento sindical concorda com a idéia de contribuição, e que se criem fundos de pensão. Mas essa lógica serve pra certos tipos de trabalhadores. Não se pode

pensar em fundos de pensão para catadores de lata de alumínio. Para certas categorias, com nível salarial alto, pode ser interessante. A gente está falando de pobreza, que é maior entre as mulheres, e da exploração do trabalho que precisa ser regulada e protegida pelo Estado. O Estado está aí para compensar.

Ìrohìn- E a discussão sobre a desvinculação do salário mínimo?

Sílvia Camurça- Esta é uma segunda questão a ser enfrentada na agenda do Fórum, se a menor aposentadoria vai seguir sendo o salário mínimo ou se ela vai ser desvinculada. Ser desvinculada significa que, daqui a alguns anos, vai ter aposentado recebendo menos do que um salário mínimo. Isso também não nos parece justo. O terceiro problema é que há correntes que tendem a lutar para que a aposentadoria dos rurais vá para a assistência social e deixe de ser um direito previdenciário. Se isso acontecer, daqui a alguns anos muitas aposentadorias vão estar fazendo parte da assistência social. A assistência social depende do governo. O governo dá mais dinheiro para esta ou aquela política, um outro dá bolsa, assim pode-se extinguir o direito previdenciário, que é o reconhecimento de um trabalho feito, que gerou riqueza. Esses três pontos unificam amplos setores — do ponto de vista das mulheres ainda tem um quarto elemento que é

uma tendência que vem sustentando que já não se justificaria a diferença de idade entre homens e mulheres para efeito da aposentadoria. De nosso ponto de vista, se justifica. Essa diferença é um pleito que se apóia na dupla jornada das mulheres. As mulheres trabalham mais do que os homens em todos os países do mundo. Porque elas fazem o trabalho remunerado e o trabalho para sua família, que não é remunerado. Em todos os países isso é assim, ainda que seja verdade que muitos homens já participem da divisão dos trabalhos domésticos, mas ainda são uma minoria.

Ìrohìn- E as reivindicações do movimento de mulheres estão sendo organizadas pela Articulação de Mulheres Brasileiras para serem colocadas dentro do Fórum?

Sílvia Camurça - Sim. A ministra Nilcéa Freire participou de toda a construção da agenda do Fórum. No dia 21 de março a sessão do Fórum vai, inclusive, incluir o debate sobre a reforma da Previdência e as mulheres. Muito provavelmente a ministra, bastante sensível ao movimento, vai acolher a fala desses setores nessa reunião. Além disso, a gente quer se manter participando — não apenas a AMB, mas as quebradeiras de coco, trabalhadoras domésticas, donas de casa, mulheres camponesas, estamos juntas reivindicando que esses setores possam tomar parte em todo o processo do Fórum.

Ìrohìn- A reunião de hoje (01.03.2007) aprova uma agenda de mobilização?

Sílvia Camurça - Estamos tirando uma agenda de mobilização e construindo as proposições. Há duas possibilidades em construção no movimento sendo amadurecidas. A primeira iniciativa serão audiências com o plano governamental e conversas com parceiros do movimento sindical e as companheiras feministas militantes sindicais, na defesa desse segmento do movimento social que também que ter assento no Fórum. Essa é a primei-

ra batalha. A segunda é a construção de um processo de acompanhamento de todo o trabalho durante os próximos seis meses, reverberando na mídia dos movimentos sociais o que está acontecendo, quais são as questões, e a cada sessão do Fórum elaborar um documento do movimento de mulheres explicando o que achou daquela sessão. Quer a gente esteja dentro, quer a gente esteja fora. A gente quer fazer uma aliança com todos os setores da mídia alternativa, de movimento negro, de movimento dos pescadores, das quebradeiras de coco, construir um campo da mídia alternativa que, devidamente municiado, possa informar sobre o que se está avançando nas negociações.

Ìrohìn— Não é preciso dizer que vocês podem contar com o jornal *Ìrohìn*.

Sílvia Camurça— Sabemos disso. Entre as estratégias de comunicação um eixo é a campanha pela aposentadoria das donas de casa, que também estão nessa briga conosco. Se ninguém reconhece o trabalho doméstico, as donas de casa só podem se aposentar se pagarem. Ora, o que você pode querer de uma dona de casa cuja família tem uma renda de uns três salários, cujo trabalho permitiu que os filhos estudassem, o marido trabalhasse, mas ela passou a vida trabalhando dentro de casa, imagine que ela se separou, que é muito comum hoje, envelhece e fica completamente dependente dos filhos. Uma mulher que durante a vida toda permitiu a reprodução da força de trabalho. Qual é a questão que elas levantaram e trouxeram e que a gente vai consultar os outros setores para ver se vai costurando? É que é preciso desmistificar o que

a mídia conservadora tem dito sobre o problema da inclusão social, que seria resolvido com o SIMPLES.

Ìrohìn — Explica isso melhor, Sílvia.

Sílvia Camurça— O SIMPLES é o novo arranjo para aumentar a arrecadação da Previdência, que reduziu a contribuição patronal de 20% pra 11% como estímulo para a formalização do trabalho. A mídia criou uma idéia de que com o SIMPLES está resolvida a inclusão social. E as mulheres começam a dizer: "NOSSA LUTA NÃO É SIMPLES". Pelo seguinte, quem optar pagar pelo SIMPLES só vai poder se aposentar por idade e depois de pagar por 15 anos. Tem gente que está optando pelo SIMPLES, mas pensando que vai poder ter a aposentadoria por tempo de contribuição, e não vai. Só vai poder se aposen-

tar por idade. Uma autônoma de 16 anos — as classes populares começam a trabalhar muito cedo —, se ouvir da mídia essa notícia, vai dizer: vou começar a pagar minha Previdência agora, porque com os anos de contribuição me aposento muito nova. Mas está enganada. Porque pagando o SIMPLES, mesmo com 15 anos de contribuição, só vai poder se aposentar com 60. Então, a gente tem que desconstruir o slogan e dizer "NOSSA LUTA NÃO É SIMPLES", para poder explicar que o SIMPLES não resolve as reivindicações desses setores dos movimentos de mulheres negras, populares, donas de casa de baixa renda, não resolve. Ele pode ser simples para as empresas, para profissionais liberais, é simples, porque ganham 2 mil, pagam 20% para se aposentar, pagar 11% é simples. Mas nossa luta não é SIMPLES, como elas dizem.



Breve comentário sobre o Fórum Social Mundial 2007

Ao pensar em África, devemos ter em mente um grande continente, diversidade de culturas, línguas e histórias. Foram essas diferenças que deram o tom e a cor do Fórum.

Rosana Fernandes*

Em Nairóbi, a capital do Quênia, o que se parece com o Brasil é a existência do contraste entre ricos e pobres, entre bairros com mansões e prédios vistosos e imensas favelas como Kibera com 700.000 moradores e Korogocho com 200.000 moradores. O contrastante é que no Brasil os ricos, os que residem em bairros luxuosos e dirigem carros importados não são negros. Mas somos iguais na alegria, na resistência e na afetuosidade.

O passado de colonização inglesa é fortemente marcado no cotidiano queniano. Desde o breakfast, no

estilo inglês, até o uniforme escolar das crianças, com seus suéteres azul-marinho, vestidos cumpridos e recatados, quase sempre puídos. As mulheres se vestem com uma elegância meio anacrônica aos nossos olhos: perucas de nylon de tonalidades claras, combinando com sapatos de saltos. Poucos usam roupas com padrões africanos. Não estou falando da África mítica, do nosso imaginário culturalista. Estou falando de uma grande metrópole do continente africano e de suas contradições.

Ao pensar em África, devemos ter em mente um grande continente, diversidade de culturas, línguas,

e histórias. Foram essas diferenças que deram o tom e a cor do Fórum.

As estimativas dos organizadores são de 50.000 participantes, entre os quais uns 400 brasileiros/as. Destacou-se a presença das mulheres, não só pela significativa participação como organizadoras e coordenadoras de atividades, mas destacaram-se também pelas presenças ilustres de ganhadoras do Nobel da Paz, como a ambientalista queniana Wangari Maathai, a professora norte americana Jody Williams, a advogada iraniana Shirin Ebadi que defenderam a busca por justiça social e paz no

planeta. Enquanto no FSM no Brasil e na Venezuela a presença de representantes negros/as era minoritária, torna-se desnecessário dizer que nessa edição do FSM destacou-se a presença negra dos participantes.

Chegar à África sozinha, inicialmente, parecia um desafio. Surpresa! Fui bem acolhida desde o Aeroporto. Solicitei informações de um funcionário para localizar um estande, apresentando-me como brasileira, e fui recepcionada por ele com a expressão: Jambo, *Brazilians are my friends! I like Brazil!*. Assim, com o conforto de ver meus pares,

adentrei a cidade de Nairóbi! Hospedei-me no Centro da cidade e imediatamente circulei pelos arredores, observei as pessoas, visitei lojas, supermercados, feiras de artesanato, restaurantes, andei de *matatus*², etc. Nada foi mais importante do que a visita a Mnengo Community, favela próxima ao centro da cidade, onde os pequenos cômodos não possuem luz elétrica, água ou saneamento básico. Os banheiros são coletivos. Experimentei duas sensações: medo e tristeza. De lá visitei um bairro de classe média, onde os moradores em sua grande maioria são indianos. Por fim, visitei a *high class*, os ricos. Como disseram os meus amigos quenianos Farid e Rina Irumba: você viu a verdadeira Nairóbi! O VII FSM aconteceu no Moi International Sports Centre, que se localiza em Kasarani, a 10 km

do Distrito Financeiro de Nairóbi. Este grande espaço permitiu o desenvolvimento de várias atividades simultâneas, previstas ou não. O VII FSM esteve programado para que a maior parte das atividades fossem *autogestionadas* por organizações e redes. As atividades geridas pela coordenação do FSM versaram sobre África. O VII FSM durou três dias com atividades e um quarto dia para o recolhimento de propostas de lutas que ocorrerão entre 2007-2009.

Todos os dias havia muitas atividades, passeatas de mulheres, de povos tradicionais africanos, peças teatrais de crianças para a luta contra HIV/AIDS, Dalits da Índia lutando pelo reconhecimento de seus direitos humanos, protestos contra o Banco Mundial, G8 e o FMI, contra a guerra no Iraque e o fim das guerras na África, contra o uso de Organismos Geneticamente Modificados, por uma Palestina Livre, para o cancelamento da dívida, música de jovens venezuelanos, danças e manifestações de pessoas de

Etiópia, jovens de projetos sociais das favelas de Nairobi apresentando danças, músicas e acrobacias, protestos contra violações de direitos humanos, passeatas como forma de luta e resistência, de mobilização e transformação, afir-

and culture – discussing tensions, perspectives and possibilities. Este debate explorou a tensão entre tradição, cultura e direitos humanos, focado na concepção de universalidade. Os direitos humanos e as estratégias adotadas pelas grandes

gro das Américas e do Mundo. Nesta discussão destacaram-se os problemas da África, particularmente a guerra civil em Dafur³, Haiti e Colômbia. A proposta é a construção de agenda conjunta do movimento social articulada com

ações governamentais e da sociedade civil. Nesta reunião estiveram presentes representantes da Unegro, Conen, Geledés, MNU, MST, Movimento Hip Hop, Grupo de Mulheres Mãe Andreza. Participaram representando a TransÁfrica Nicole C. Lee, e Danny Glover, ator e ativista do movimento negro norte americano.

A minha participação neste VII Fórum Social Mundial se deu como uma dos quatro integrantes da delegação ecumênica brasileira e foi uma experiência que contribuiu para algumas reflexões minhas acerca do movimento negro brasileiro, destacando-se a importância em colocar a questão da identidade negra

como fundamental para o resgate da auto-estima do negro/a. A identidade entre os povos negros do continente africano e americano não se traduz apenas no âmbito da cultura, da história de colonização, massacres e escravidão. Está fortemente presente nas bandeiras de luta pela superação das desigualdades calcadas no racismo. Desta forma, o protagonismo do povo negro e a solidariedade dos povos comprometidos por um mundo melhor articulam o embate por um novo modelo de desenvolvimento à desconstrução das raízes que estruturam e servem de pilar à discriminação de gênero, raça, sexo, e à intolerância religiosa.

*** Historiadora e assessora de projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE.**

¹ Bem vindo, brasileiros são meus amigos. Eu gosto do Brasil.

² Transporte local privado, semelhante às nossas vans, que fazem o trajeto centro-periferia.



mando que um outro mundo é possível. Havia ainda grupos que reivindicavam solidariedade internacional à luta contra a mutilação genital feminina, e grupos que o faziam para a *mudança de comportamento* como meio de superação da pandemia do HIV/AIDS. As mulheres em sua grande maioria lideravam as passeatas, os cantos e as danças. Na Assembléia dos Movimentos Sociais, foi apresentada uma declaração repudiando e denunciando a exploração e opressão na África, o imperialismo, e a militarização.

As dificuldades, comuns a eventos dessa natureza, ficaram por conta da tradução, equipamentos e, principalmente, em se obter informações sobre a localização das atividades.

Das atividades de que participei, destaco:

a) *Human Rights, Universality*

potências para o desenvolvimento e organização impostos aos países do Oeste e Sul. Participaram Sheik Salion Mbacké-Inter Faith, Peter Prove, Justina da *Synergie des Femmes pour les victimes de Violences Sexuelles*, Houleye Tall defensora dos direitos humanos da Mauritânia.

b) Troca de Experiências sobre o trabalho de mulheres – atividades que contou com um grande número de participantes, inclusive com o ex-presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda. Este momento foi alternado com falas, músicas, poesia, momentos de grande expressão de solidariedade às mulheres, particularmente às mulheres africanas.

c) Reunião com a organização TransÁfrica Fórum – esta atividade foi uma articulação entre o movimento negro norte americano e brasileiro preocupados com os ne-

Domingos Dutra: a questão racial precisa de **mais visibilidade** no Congresso



No dia 15 de fevereiro de 2007, o Ìrohìn conversou com o Deputado Domingos Dutra (PT-MA), eleito com 82.017 votos, que representam 2,849% dos votos válidos, votação mais expressiva do Núcleo de Parlamentares Negros da Câmara. Advogado e político experiente, Dutra tem priorizado a luta pela reforma agrária no Maranhão. De volta à Câmara dos Deputados, pretende fortalecer a articulação de parlamentares negros, que ele deseja ver mais vinculada às entidades negras e aos movimentos sociais com forte presença negra, como as quebradeiras de coco.

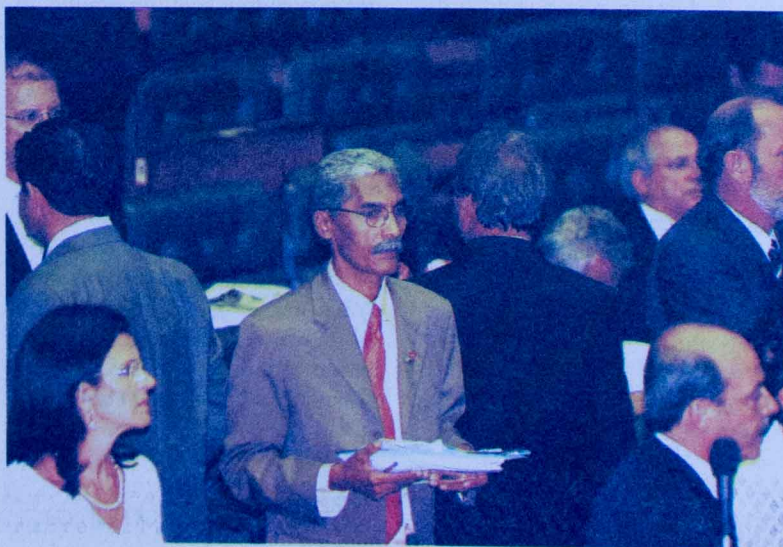
Meu nome é Domingos Francisco Dutra Filho, tenho 51 anos, sou advogado há 24 anos, dedicados basicamente à luta pela reforma agrária no estado do Maranhão. Sou filho de uma região chamada Baixo Parnaíba, nasci num município chamado Buriti da Inácia Vaz, e minha mãe me pariu num lugar chamado Saco das Almas, onde sempre digo que escapei fedendo. Saco das Almas é um quilombo que fica ao lado de Buriti de Inácia Vaz. Meu pai, Domingos Francisco Dutra, era vaqueiro, trabalhador rural, já falecido desde 1978, aos 70 anos. Minha mãe, Raimunda Francisca Fernandes, quebradeira de coco, tem 89 anos e quatro meses, aposentada do antigo Funrural, teve 20 filhos. Criou 16 nessa atividade de quebradeira de coco. Minha mãe, como todas as mulheres, tinha múltiplas atividades: tomava conta da casa, ajudava na roça, quebrava coco, cuidava dos filhos. Como eu disse, minha mãe teve 20 filhos e meu pai ainda teve mais 10. Ao todo, tenho 29 irmãos, 10 por parte de pai.

Dessa quantidade de filhos apenas eu e uma outra irmã tivemos o privilégio de chegar à universidade. Ela é formada em Comunicação e eu me formei em Direito, me dedicando à luta pela reforma

agrária. Eu saí da região com 10 anos e por um acidente fui parar em São Luis. Fui acompanhando meu irmão, levando as bagagens, e depois quando perdi a carona de volta, e não tinha o dinheiro da passagem, acabei ficando em São Luis. E aí escapei. Politicamente estou no PT desde 1980, meu primeiro partido. Namorei, casei, já fiquei desgostoso, mas ainda não quis ir ao cartório fazer o divórcio. E pelo PT fui deputado estadual duas vezes. Fui vice-prefeito de São Luis, fui deputado federal dois anos, renunciei pra ser vice-prefeito, e estou retornando à Câmara Federal novamente.

Reforma Agrária

Nesse momento, no Maranhão e em todo o país, a luta pela reforma agrária está muito morna. Já foi muito intensa, já houve muita violência. Na década de 90, o Maranhão atravessou um quadro de muita violência, com muitas mortes, e a grande maioria das vítimas era de trabalhadores. Eu participei intensamente de quase todos os conflitos agrários no Maranhão nessa época. E conseguimos avanços, conquistamos muita terra, embora



tenha havido muito sangue. Hoje a luta pela terra perdeu um pouco de intensidade. Primeiro, porque no governo Lula a reforma agrária não teve ainda a prioridade que a gente gostaria. O governo preferiu qualificar os assentamentos, resolveu fazer parcerias com o agro-negócio visando a balança comercial, as exportações e a reforma agrária não teve a mesma velocidade que a gente imaginava. Agora, como historicamente no nosso país nenhum governo nunca teve um plano de reforma agrária, ela avança de acordo com a pressão dos movimentos sociais. E a minha avaliação é que os movimentos sociais também preferiram fazer parceria com o Estado, e talvez pela conjuntura do primeiro mandato do presidente Lula, a luta pra desmontar o latifúndio, pra democratizar o acesso à terra, foi muito reduzida nesses últimos quatro anos. E também mudou um pouco a configuração de regiões que foram muito conflituosas. É evidente que hoje o Maranhão atravessa uma outra fase, com a chegada do agro-negócio no estado. Começou com a soja, que devastou, que concentra terra, que expulsa lavradores para as periferias, e agora está aumentando com o eucalipto, aumentando com a

questão do etanol, vai aumentar com o biodiesel, com a produção de mamona.

No primeiro mandato, todos nós ficamos cautelosos, principalmente depois das crises envolvendo parte do PT, parte do governo, muitas entidades frearam suas ações com medo de que a ação do movimento social viesse a aumentar o caldeirão em que o governo estava metido. Eu avalio que, nesse segundo mandato, o governo está estabilizado, o presidente Lula se reelegeu com 51 milhões de votos, o PT consegue recuperar o poder da Câmara, construímos a unidade para eleger o líder da bancada

e, com as experiências sofridas no primeiro mandato, acho que não tem motivo nenhum para que os movimentos sociais não ganhem a rua. Acho que o único jeito pra avançar a reforma agrária e outros direitos é a população ir pra rua, para o presidente Lula poder ter equilíbrio. Porque se a população fica dentro de casa, se as entidades se acomodam, a direita, o setor empresarial, vai pra cima do governo. Para que o presidente e o governo possam tomar medidas que contemplem aquilo que nos interessa, é preciso que nosso exército esteja forte.

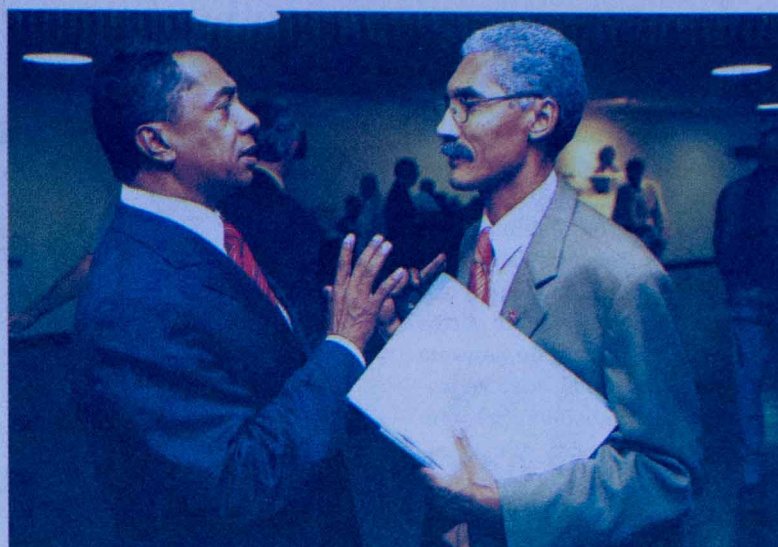
Alcântara

Alcântara, no governo Lula, teve um ponto positivo. Eu sou advogado das comunidades desde 1983 e, até a eleição do presidente Lula, as comunidades eram inexistentes na visão do Estado. Elas eram invisíveis. No governo Lula houve a constituição de um grupo de trabalho interministerial que já tomou algumas medidas importantes. Primeiro, há uma promessa do governo de que ninguém mais será relocado. Porque dentro da área da base de Alcântara, que são sessenta e dois mil hectares de terra, moram e trabalham aproximadamente 3 mil famílias. Dessas 3 mil famílias, 320 já foram deslocadas de suas comunidades tradicionais, foram para as agrovilas. Isso nos anos de 86 e 87.

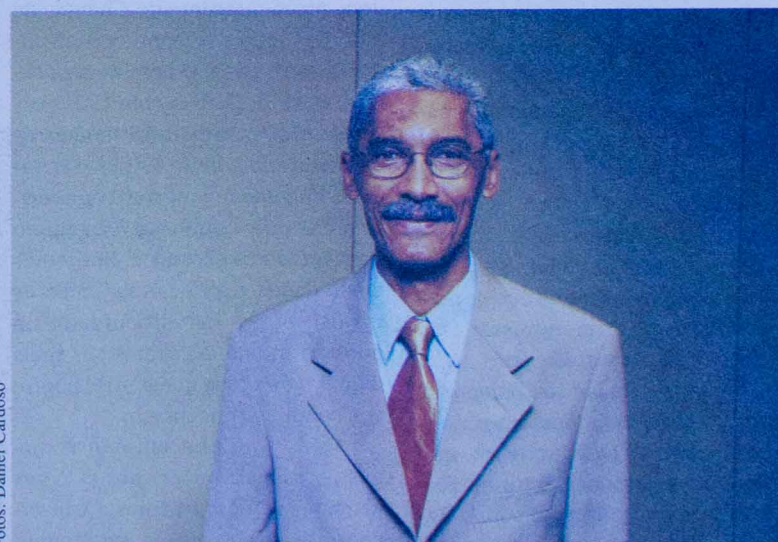
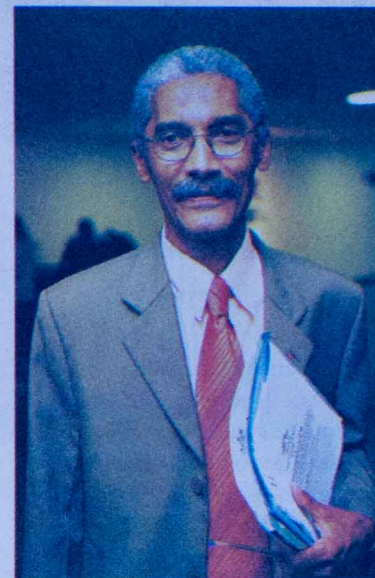
E a resistência das comunidades inibiu a transferência de mais famílias. Havia, no governo Fernando Henrique Cardoso, a intenção de ampliar as ações do centro espacial, já de uma forma privatizada, principalmente com os acordos de cooperação com os americanos. Houve resistência, e no governo Lula se tomou a decisão de que não se transferiria mais ninguém e o governo reconheceu Alcântara como um território quilombola. A terceira medida, decorrente disso, é que o governo tem investido razoavelmente bem na questão das políticas públicas e hoje quase todo município está eletrificado, comunidades que estavam para sair já receberam benefícios e o INCRA, nesse momento, está começando a fazer a demarcação de todo o perímetro do município.

As 320 famílias que foram deslocadas moram em agrovilas. Houve, sem dúvida, uma desestruturação completa, porque essas comunidades moravam na beira do mar, com fartura de todos os recursos naturais, havia fartura de juçara, de buriti, de coco, etc., a forma de trabalho era comunitária, ninguém era dono de nada. Primeiro efeito negativo, as agrovilas ficaram distantes do mar e essas famílias têm que se deslocar 12, 13 km pra ir à praia. Segundo, elas precisam passar por uma barreira da Aeronáutica, precisam ter um cartão de identificação. No dia que esquecem ou perdem o cartão, não têm acesso ao mar. Terceiro, a modificação do hábito alimentar. Porque elas têm que passar o dia pescando e depois salgam o peixe, pra poder comer. Antigamente, eles iam na beira do mar e meia hora depois estavam em casa. Então, desorganizou o hábito alimentar deles. Desorganizou também o sistema de produção, porque eles viviam no sistema comunitário e agora cada família recebeu um lote que varia de 15 a 22 hectares.

Os lotes ficam próximos das vilas, mas ficam distantes da produção de peixes e mariscos, que era seu modo de produção. E como



Acima, o Dep. Dutra (PT-MA) conversa com o Dep. Damião Feliciano (s/Part.-PB)

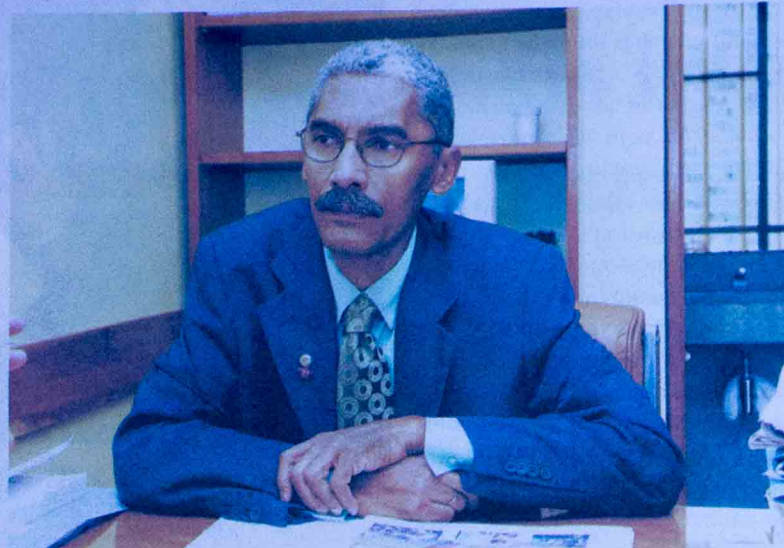


Fotos: Daniel Cardoso

cada família tem um lote, a terra é como um gado. O gado tem o filé, a picanha, tem o coração, mas também tem chifre, osso, tem canela. Assim a terra. Tem família que pegou lote que tem mata, a mata tem caça, tem babaçu, enquanto outros pegaram o descampado. Aquela que pegou lote melhor não consegue fazer uma socialização com aquele que pegou lote menos valorizado. E as famílias foram crescendo, os filhos dessas famílias, que saíram há 15 anos atrás, casaram e a Aeronáutica não deixa as famílias fazerem casas próximo à de seus pais, porque a Aeronáutica não aceita uma moradia que descaracterize o padrão das agrovilas. Então isto gerou um problema de sem-teto em Alcântara.

Núcleo de Parlamentares Negros

Estamos começando os trabalhos desta legislatura. O Deputado Arlindo Chinaglia tenta recuperar o desgaste que o Congresso sofreu na legislatura passada. E a bancada teve ainda um período para escolher o líder. Por essas razões as articulações internas estão ainda meio emperradas. Já conversamos com o Deputado Vicentinho, a Deputada Janete, e estamos marcando para hoje, agora pela manhã, uma reunião do Núcleo de Parlamentares Negros para tentar ver se damos uma organicidade nisso. Já tivemos uma conversa sobre a Frente de Parlamentares Negros, e dentro desta também queremos examinar a possibilidade de uma frente específica para a questão dos quilombos, e hoje ainda vamos reunir os parlamentares do PT para avaliar os projetos que estão parados, verificar outros parlamentares de outros partidos dispostos a vir engrossar essa frente, e estabelecer uma metodologia para dar seguimento às nossas atividades. Queremos conversar com os companheiros que têm mais experiência aqui no Parlamento, principalmente com o Deputado Vicentinho, que me parece ser a pessoa com mais acúmulo, reeleito, traz toda uma experiência de mobilização da CUT, para poder-



mos estabelecer uma agenda. Nós já listamos uma série de proposições cuja tramitação parece emperrada e vamos levar isso para a reunião com os demais companheiros da bancada.

A importância da mobilização

Nós sabemos que temos um governo cada vez mais amplo, com figuras que nós não gostaríamos de estar juntos. Muita gente que esteve envolvida nos escândalos do semestre passado continua na base do governo, agora de forma mais ampla. Porque para a base do governo veio o PMDB, veio o PDT, etc. e infelizmente o presidente Lula fez uma opção diferente do Chávez, do Morales, que resolveram confrontar as estruturas. O presidente preferiu abrir o diálogo com todos esses setores para garantir a chamada governabilidade. Então nós temos dificuldades mesmo, em várias áreas que significam a melhoria dos segmentos excluídos. Nós temos dificuldades com os trabalhadores rurais, vamos ter dificuldade na questão indígena, vamos ter mais dificuldade nessa questão do negro, por conta do preconceito.

Mas a minha opinião é que essas dificuldades podem ser vencidas se nós tivermos a capacidade de, junto com o movimento social, criar uma agenda e criar iniciativas que dêem visibilidade. Acho boa a idéia de participarmos

de um movimento amplo em torno dos 120 Anos da Abolição. Eu vou sugerir na reunião que, sempre que possível, devemos encher as galerias, os plenários, os corredores de ativistas do movimento negro para poder dar visibilidade a nossas questões, porque aqui é uma dinâmica muito forte, há uma correria muito grande, e os setores tradicionais estão na Casa há muitos e muitos anos. Para a gente poder equilibrar o jogo, é preciso assegurar contato permanente com a dinâmica do movimento social. Nosso mandato só terá vida se a gente for buscar na fonte. Um contato permanente não só com as entidades, porque acho que tem um defeito muito grande nas organizações que fazem movimento negro, e isso também se estende a outras. Refiro-me ao fato de que muitas vezes a gente fica entre os militantes e não vamos lá onde está concentrada a miséria. Eu, no Maranhão, não sou um militante integral do movimento negro. Eu sou militante da causa negra de uma forma mais ampla. E como advogado dos trabalhadores rurais - todas as comunidades são negras - eu estou envolvido na questão das quebradeiras de coco. São 400 mil mulheres de cinco estados do Brasil: Maranhão, Piauí, Pará, Goiás, e Tocantins.

As quebradeiras de coco são extremamente violentadas pelo latifúndio, onde o latifúndio devasta o meio ambiente derrubando os babaquais. Nós queremos que o governo verifique que é uma ativida-

de econômica com possibilidade de gerar emprego e renda, porque o babaçu, além da palha para casa, garante hoje uma infinidade de produtos como o xampu, o sabonete, sabão, óleo, nós soubemos recentemente que do babaçu se pode extrair até combustível para avião, e nós queremos que o governo entenda essa categoria como um parceiro para o desenvolvimento. Minha idéia é, daqui até junho, trazer 300 mulheres, fazer uma grande feira aqui dentro do Congresso, para que elas possam expor seus produtos. São lideranças extraordinárias, com uma capacidade política muito grande, uma visão muito mais ampla do que muitos militantes que estão na área urbana, às vezes discutindo só o capacete e o salário. Na zona rural, as mulheres estão discutindo violência, estão discutindo política de saúde, política de educação, meio ambiente, economia. Quero propor ainda que se faça aqui um grande encontro para que o governo verifique que é necessário demarcar as terras de quilombos. Eu acho que o mínimo que o Estado brasileiro tem que fazer é reconhecer o direito dos remanescentes de quilombos às terras que eles ocupam. Esse processo está muito lento, no Maranhão tem 500 comunidades já identificadas como de remanescentes e o processo de reconhecimento é muito lento porque o latifúndio é muito forte. Só dando essa visibilidade, colocando outros atores aqui dentro desse congresso do agronegócio, dos grandes industriais. Se você pegar a configuração do Congresso, aqui está o presidente da Confederação da Indústria, aqui estão os representantes da UDR, um setor da elite brasileira, elite que é minoritária na sociedade e majoritária no Parlamento. E a única forma de politizarmos as nossas questões, assegurando ampla visibilidade, é promovendo ações aqui no Congresso. E nisso o Arlindo Chinaglia pode ajudar, e garantir as condições para que possamos realizar grandes eventos aqui, as audiências públicas, os seminários, de tal forma que as pessoas também enxerguem os negros fora da época das eleições.

Bancada negra: hesitante e dispersiva

Nesse início dos trabalhos legislativos, a principal iniciativa foi o Requerimento (nº 10 de 2007-CDH), aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Senado, na sessão do dia 8 de março, criando uma comissão temporária "para discutir e debater as questões atinentes aos 120 Anos da Abolição não Concluída". Assinam a iniciativa, que terá ainda que ser votada no Plenário do Senado, os senadores Paulo Paim (PT), Cristovam Buarque (PDT) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL).

Lembremos de que, em 1983/1984, o então deputado Abdias do Nascimento (PDT-RJ) encaminhou um projeto de Resolução (nº 58/83 e nº 172/84) propondo a criação da Comissão do Negro na Câmara dos Deputados, com vigência até 13 de maio de 1988, data do centenário da Abolição. Em seu atualíssimo artigo 2º, o projeto dizia que "A Comissão do Negro compete pesquisar, investigar e documentar a situação em que se encontra a comunidade afro-brasileira nesses anos decorridos após a lei abolicionista de 13 de maio de

1988, no que diz respeito às suas condições de emprego, moradia, saúde, alimentação, renda, organização familiar, educação, religião, mobilidade social, participação política, produção artística e cultural. Compete-lhe ainda avaliar os obstáculos e outros empecilhos à plena realização humana e de cidadania brasileira dos descendentes dos africanos escravizados em nosso País, no decorrer do período pós-abolição. Compete-lhe, por fim, propor medidas atinentes ao resgate da história e respeito à identidade étnica e cultural dos negros e das mulheres negras do Brasil".

O excelente projeto de criação de comissão temporária de Abdias do Nascimento, mesmo tendo obtido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, infelizmente não foi avante, ficou depositado naquele limbo em que hoje repousam os dois projetos de Estatuto do Negro. A Comissão proposta agora no Senado é muito mais modesta, mas a pressão das organizações negras mais independentes pode fazer a diferença. O governo federal, com domínio nas duas Casas, não



Dep. Edson Santos (PT-RJ), 3º Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano

vai jogar a favor de nada que possa estimular a mobilização negra em um ano de eleições municipais. Os obstáculos serão da mesma natureza (e com os mesmos atores) que aqueles colocados para impedir a realização da Marcha Zumbi + 10, em 16 de novembro de 2005.

Na Câmara dos Deputados, o Núcleo de Parlamentares Negros do PT (Nupan) escolheu como coordenadora a deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), eleita com 116.865 votos, que equivale a 0,562% dos votos válidos. Se os parlamentares do PT têm frágil organização, com reuniões esvaziadas (os parlamentares, de regra, se fazem representar por funcionários dos gabinetes), uma articulação suprapartidária, a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, também de nítida inspiração governista, ainda está longe de se tornar realidade. Temos importantes projetos prontos

para debate e votação, mas esses projetos não são prioridades para a liderança de nenhum partido. O "deputado negro" sabe que os membros de seu partido e de sua bancada não apoiariam uma atuação legislativa que priorizasse a luta contra o racismo e a superação das desigualdades raciais. Até mesmo se opõem a ela. O que tem acontecido então é que, geralmente, o parlamentar negro se deixa intimidar e recua, com exceções raríssimas e em circunstâncias muito especiais. Falta alguma convicção íntima e pressão das entidades e organizações negras, não só em Brasília, mas principalmente nos estados. Todos têm sempre outras prioridades de agenda, inclusive os "deputados negros". Em consequência, esses parlamentares, enquanto negros, não reivindicam nem disputam posições de liderança dentro do partido, nem dentro da estrutura da Câmara, nem agem no



Senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado

plenário ou fora dele como um coletivo dotado de um mínimo de organicidade.

Os parlamentares negros teriam muito que aprender com a bancada feminina. Nesse início de legislatura, articularam-se rapidamente, de forma suprapartidária, escolheram uma coordenação e definiram uma lista de projetos que consideram prioritários. Por acordo com a presidência, os projetos já estão na ordem do dia do plenário. O texto base do projeto contra a exploração sexual (PL 4125/04) já foi aprovado, no dia 14.03. Sem contar que fizeram, na abertura dos trabalhos legislativos, várias reuniões com a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e diversas ONG's do movimento feminista. Os parlamentares negros do PT tiveram uma reunião com o líder da bancada, Dep. Luiz Sérgio, no dia 13 de março e marcaram um café da manhã para o dia 20, "para aprofundamento das discussões", se-

gundo o informativo da Liderança do PT (www.informes.org.br). Em suma, um terreno árido, de horizonte pouco otimista, considerando-se os últimos quatro anos.

Edson Lopes Cardoso



Dep. Janete Pietá, eleita coordenadora do Núcleo de Parlamentares Negros do PT

CORREÇÃO

Na edição nº 18, o poema **Gota do que não se esgota**, de Cuti (Luiz Silva) foi publicado sem as duas estrofes finais. Leia a seguir a íntegra do poema:

GOTA DO QUE NÃO SE ESGOTA

Por Cuti

cota é só a gota
a derramar o copo
não a mágoa do corpo
mas energia represada
que agora se permite e voa
em secular esforço
de superar-se coisa e se fazer
pessoa

cota é só a gota
apenas nota de longa pauta
a ser tocada
com o fino arco
em mãos calosas

cota é só a gota
a explodir o espanto
de se enxugar no riso
a imensidão do pranto

ela é só a gota
ruindo pela base
a torre de narciso

é só a gota
entusiasmo na rota
afirmativa

que ameniza as dores da saga
suas chagas de desigualdade
amarga

cota é só a gota
meta de quem pagou e paga
desmedido preço de viver
imposto
e agora exige
seu direito a voto
na partição do bolo

é só a gota
de um mar de dívidas
contraídas
pelos que sempre tornaram gorda
a sua cota

cota é só a gota afrouxando botas
de um exército
para o exercício da equidade

cota não reforça derrota
equilibra
entre ponto de partida
e ponto de chegada
a vitória coletiva
reinventada.

QUADRO – Relação de alguns deputados(as) negros(as)

Domingos Dutra (PT-MA)	dep.domingosdutra@camara.gov.br
(61)32154806	
Edson Santos (PT-RJ)	dep.edsonsantos@camara.gov.br
(61) 32154282	
Carlos Santana(PT-RJ)	dep.carlossantana@camara.gov.br
(61) 32153286	
Edmilson Valentim (PCdoB-RJ)	dep.edmilsonvalentim@camara.gov.br
(61) 32155546	
Damião Feliciano (s/Part.-PB)	dep.damiaofeliciano.gov.br
(61)32154938	
Janete Pietá (PT-SP)	dep.janeterochapieta@camara.gov.br
(61) 32154578	
Vicentinho (PT-SP)	dep.vicentinho@camara.gov.br
(61) 32154740	
Dalva Figueiredo (PT-AP)	dep.dalvafigueiredo@camara.gov.br
(61)32155704	
Gilmar Machado (PT-MG)	gilmarmachado@camara.gov.br
(61) 32154262	
George Hilton (PP-MG)	georgehilton@camara.gov.br
(61) 32154843	
Evandro Milhomen (PCdoB- AP)	evandromilhomen@camara.gov.br
(61) 32154419	
Miguel Correa Júnior (PT-MG)	miguelcorreajr@camara.gov.br
(61)32154627	
Perpétua Almeida (PC do B)	perpetuaalmeida@camara.gov.br
(61) 32155625	

Dia 30 de Março de 2007
Casa das Rosas - Av. Paulista, 37
Início: 19h30min - entrada franca

Lançamento do Livro
NEGROESIA
antologia poética
cuti

Apresentação do Recital
Negroesia
Cuti, Luiz Silva, e outros
com Apoio de UNIA, UNES, e outros

Para mais informações acesse:
www.khazzedouss.com.br
www.khazzedouss.com.br

Apelo: UNIA, UNES, e outros

SÃO PAULO

Irohìn na internet !

Informe-se e participe, acessando www.irohìn.org.br
O Irohìn on line é atualizado diariamente:
Opinião, notícias, clipping, artigos e enquete.
Aproveite e faça sua assinatura, ainda gratuita.

www.irohìn.org.br

Cosmética étnica

As peles negra e branca não têm diferenças estruturais, mas de funcionamento. Produtos específicos para a pele negra nada mais são que cremes e loções em cuja formulação se utilizam concentrações maiores de ativos hidratantes.

Nelma Lopes Cardoso*

PELE

A pele negra tem uma grande capacidade de produzir pigmentos. Com mais melanina (filtro solar natural), a pele negra também fica sujeita a uma incidência maior de manchas. Por isso é importante, apesar da melanina, o uso diário de filtro solar.

Por ser mais oleosa do que a pele branca, a pele negra é propensa a foliculite (pele inflamada, com pêlos encravados) e acne. Esse manto gorduroso proporciona proteção extra contra as agressões ambientais tais como frio, vento, água quente ou sol. A vantagem disso é que, desse modo, essa pele é mais resistente por ter mais colágeno (substância que dá elasticidade à pele), fibroblastos (fibras de sustentação do tecido) e a camada córnea (a mais superficial da pele) mais espessa.

Essas características contribuem para uma aparência mais jovem e para preservar a hidratação interna.

O principal nisso tudo é manter a higiene diária com produtos não oleosos e pouco irritantes. Estamos falando da pele do rosto.

Em relação ao corpo, como em todos os tipos de pele, o caso muda. Por haver um afastamento maior entre as células no corpo, não só na pele negra como em qualquer outra, a tendência é a pele ser mais seca. Como a camada córnea é mais espessa e há pouca hidratação aí, a tendência é existir ressecamento, principalmente em pontos críticos como cotovelos, joelhos e pés, que geralmente ficam esbranquiçados quando secos.

Não é necessário usar um hidratante específico para pele negra e sim ficar hidratando constantemente esses locais

mais críticos, como ocorre também em outros grupos étnicos. O que acontece é que, como a pele é mais escura, esses pontos ressecados ficam mais evidenciados. Mesmo no corpo, se não se coloca um creme ou loção hidratante diário, em decorrência de o nosso clima ter variações e a pele negra ter, como ficou dito acima, uma desidratação maior que a branca, a tendência é haver um ressecamento num tempo menor, sendo necessário repor o hidratante mais

vezes. Aí as indústrias cosméticas exploram isso fazendo o quê? Lançando produtos ditos específicos para pele negra.

Esses produtos nada mais são que cremes e loções, em cuja formulação se utilizam concentrações maiores de ativos hidratantes, fazendo a base mais oleosa conseqüentemente mais densa, permitindo assim uma durabilidade maior da hidratação na pele ressecada. Uma pessoa de pele branca, que tem também pele seca corporal, pode usar o mesmo creme, sem nenhum problema. A faixa de consumo que se pretende atingir vai ter uma economia, pois não precisará gastar tanto creme, e a indústria lucra pois a venda será maior, em virtude de sermos o segmento majoritário da população, e o preço não é diferente.

CABELOS

Mais de 70% dos brasileiros têm cabelos crespos, que vão do encaracolado ao mais crespo. Engana-se quem pensa que os cabelos crespos são sinônimo de resistência. Na verdade, eles são delicadíssimos por serem muito porosos e sempre tenderem ao ressecamento. É um cabelo mais fino, enrolado sobre si mesmo, e por isso quebradiço. Muito frágil, pois a sua implantação é quase paralela ao escalpo (couro cabeludo), enquanto que o caucasiano (europeu) forma um ângulo oblíquo com o escalpo e apresenta folículo (raiz) curvado. O asiático (japonês) tem a implantação do folículo perpendicular ao escalpo, sendo assim o mais resistente.

Vendo dessa forma, quanto mais perpendicular a implantação, mais profundo, mais forte, mais difícil de quebrar o cabelo. Em rela-



ção ao crescimento, o cabelo asiático tem o crescimento mais rápido (1,3cm/mês) enquanto que o crespo tem o crescimento mais lento (0,9cm/mês). Isto se deve a sua forma e estrutura.

Em relação ao produto mais adequado ao uso, o ideal é evitar produtos que forcem ou traumatizem os fios. Recomenda-se o uso de um bom xampu, um creme ou máscara que deixem os cabelos mais pesados, já que o cabelo crespo é geralmente muito leve. Quando a indústria lança esse tipo de apelo, visando os afro-brasileiros, nada mais é que uma incrementada na formulação do xampu e do condicionador, colocando também ativos que atuem na hidratação e fortalecimento dos cabelos crespos, visto que eles são mais secos e frágeis.

*Graduada em Farmácia (UFBA.), pós-graduanda em Cosmetologia (Oswaldo Cruz).





CARNAVAL DE SALVADOR

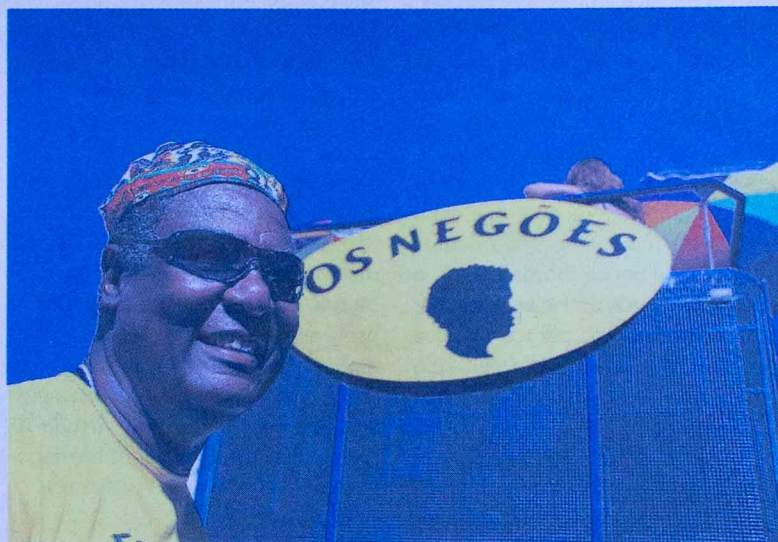
Blocos afros exigem mudanças

Em 2008, entidades negras tradicionais do Carnaval baiano ameaçam não desfilar se não houver mudanças radicais na gestão da festa.

Jamile Menezes Santos*

"O pior Carnaval de todos os tempos", afirmou o coordenador do Fórum de Entidades Negras, Walmir França. O apartheid do Carnaval baiano veio à tona mais uma vez, nos desfiles oficiais e na imprensa. "Em 2008, o Carnaval de Salvador pode não ter a presença daqueles que fazem dele o que ele é", afirmou França. O Carnaval de 2007 em Salvador, na opinião de dirigentes de Blocos, marcou o início de um novo pensamento da festa a partir de 2008. "Foi um Carnaval dramático, difícil. A festa este ano demonstrou ainda mais a fragilidade desse processo de políticas públicas voltadas para a população negra em Salvador, por parte dos órgãos governamentais", diz o presidente do Bloco Afro Olodum, João Jorge Rodrigues.

O Bloco Olodum, junto ao Ilê Aiyê, Cortejo Afro, Male DeBalê, dentre outros integrantes do Fórum de Entidades Negras, tiveram o Carnaval ameaçado por conta do indefinido repasse de verbas por parte do governo federal. O atraso se deu por conta da ação movida pelo Ministério Público, que pediu a suspensão do incentivo fiscal diante de denúncias de irregularidades na prestação de conta dos blocos que compõem o Fórum. "As denúncias partiram, infelizmente, de outras entidades também negras. O que foi aproveitado pela Prefeitura, de forma oportunista, para desconstruir nosso discurso sobre reparação e diminuir ainda mais os recursos voltados para as entidades. Isso teve um impacto muito negativo para todo o segmento de Blocos Afro e Afoxés, piorando ainda mais a di-



Walmir França



João Jorge

ficuldade histórica que temos em conseguir patrocínio e investimentos, principalmente junto à iniciativa privada. Mas tudo já foi elucidado por parte do Fórum e não há nenhuma irregularidade em nossas contas," afirma João Jorge.

Mudanças – A Prefeitura Municipal, através da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa), já anunciou que, a partir de 2008, não estará mais nas negociações de recursos com os Blocos Afros. "Foi dada ao governo municipal a chance de nos dizer coisas do tipo 'acabou a mordomia, a mamata dos Blocos Afro', tirando de si a responsabilidade para com a questão negra no Carnaval. De 1962 para cá, Blocos como Internacionais, Camaleão, Cheiro de Amor, por exemplo, tiveram, todos eles, essa 'mordomia' da Prefeitura. A soma de impostos que deve apenas um desses blocos alcança quase 36 milhões, além de que se criou uma fila inconstitucional para eles desfilarem na frente da televisão, dando a estes grupos o direito de uso do solo da forma que eles quiserem. Tudo isso com o Estado e o Município se omitindo. Isso sim que é mordomia", aponta o presidente do Olodum. Para Walmir França, a decisão é lamentável. "Eles dizem que a Prefeitura está falida, mas nunca vi tanta gente querendo tanto administrar uma coisa que não tem dinheiro", questiona.

Planos – Acabado o Carnaval, o Fórum de Entidades Negras prepara uma mobilização já a partir de abril, para chamar a sociedade a tomar parte do debate sobre a presença negra na festa nos próximos

anos. "Vamos apresentar um Plano de 15 itens ao governo e à Prefeitura para o Carnaval de Salvador, que beneficiará os Blocos Afros e Afoxés e os Blocos de Percussão. Um dos primeiros itens será a destruição desta fila nos dias principais de desfile no Campo-Grande. A mesma deverá ser por idade, contemplando dois segmentos a cada vez, para que a televisão transmita o desfile de todos. Se você quiser entender o racismo no Carnaval baiano, preste atenção para onde vai o Camaleão, o Eva, a Ivete Sangalo, a Daniela Mercury", diz João Jorge.

Além dessa proposta, o Fórum também exige uma mudança na natureza dos recursos repassados às entidades, que deverão constar das leis orçamentárias municipais e estaduais a cada ano. "Isso fará com que não precisemos mais ir pedir ao Prefeito nenhuma migalha para desfilar", pondera o presidente do Olodum. O Plano ainda propõe a criação de um imposto sobre o turismo, nos moldes do que foi instituído na África do Sul para a manu-



tenção de parques nacionais e políticas públicas para as populações mais pobres.

"Cada turista que viesse a Salvador, pagaria o valor de R\$1, o que seria revertido para um Fundo destinado às entidades afros. Esse Fundo seria administrado pelos órgãos de cultura e destinado somente a instituições carnavalescas

negras que existam há, no mínimo, cinco anos, e que desenvolvam atividades educacionais e culturais gratuitas, façam desfiles nos seus bairros e estejam legalizadas para receber esses recursos. O Fundo é exclusivo para entidades culturais afro-brasileiras que desenvolvam, de fato, um trabalho social", argumenta Jorge.

Ações - Com todas estas propostas, o Fórum de Entidades Negras pretende conduzir a discussão e negociações com o Ministério da Cultura, solicitando ainda uma intervenção do Ministério Público no Carnaval de Salvador. Para as entidades do Fórum é imprescindível também o debate com as entidades e organizações do movimento negro em nível nacional, sobre a importância do Carnaval para os objetivos desse segmento do movimento social. "A festa hoje não tem mais nada a ver com movimento negro, seja aqui ou no Rio de Janeiro. São estruturas da sociedade dominante, que é branca, de fato. É isso que temos que confrontar e é o que vamos fazer. Neste Carnaval não houve vitoriosos, todos nós perdemos. Haverá agora uma radicalização na disputa do espaço durante a festa e, se não sairmos em 2008, será uma ausência negra coletiva", disse João Jorge.

*Estudante de Jornalismo da Faculdade da Cidade do Salvador



Teatro Experimental do Negro: estratégia e ação

Na abrangência de sua intervenção, o Teatro Experimental do Negro buscou assumir as demandas da população negra brasileira

Daniela Roberta Antonio Rosa*

Em outubro de 1944, no Rio de Janeiro, um grupo de homens e mulheres negras, tendo como líder Abdias do Nascimento, criou o *Teatro Experimental do Negro*. Um grupo de teatro formado majoritariamente por atores negros e que tinha como objetivo primordial dar ao negro condições de levar aos palcos personagens livres dos estereótipos que foram sendo absorvidos e reproduzidos pelo teatro brasileiro, especialmente a partir do século XIX. Assim, pretendia-se que o moleque de recado levando cascudos, a mãe preta chorosa e o negro representado de maneira quase bestial fossem ignorados para

dar lugar a um negro *humanizado*, com seus próprios dramas e questionamentos. O ator branco brochado de preto, tão comum no teatro brasileiro, daria lugar ao negro *real*.

Amplamente a iniciativa do TEN implicou a recusa de um lugar predeterminado para o negro, no palco e na sociedade brasileira. Mas também o questionamento desta *determinação* que o teatro mostrava como reflexo de toda sociedade. Desta maneira, ao ser pensado como sujeito do próprio destino, o negro a que o TEN queria atingir deveria assumir boa parte da responsabilidade para integrar-se,

sem perder de vista a luta por condições efetivas para isso. Este objetivo determinou a abrangência de sua intervenção que assumiu uma série de reivindicações que o grupo reconhecia como parte da demanda da população negra brasileira, e que tentava abarcar através dos diversos projetos e eventos realizados.

A partir disso, a observação do TEN e seu debate, suas escolhas estéticas, seus projetos políticos e, sobretudo, as dificuldades em definir um caminho para sua atuação contribuem para percebermos o lugar reservado para a população negra no país, mas também nos dá a dimensão de como se arti-

culou este importante grupo do movimento negro brasileiro em torno de sua própria compreensão desta problemática e seus dilemas, através da variedade de programas de ação que acabaram dando ao grupo uma fisionomia muito mais diversificada do que aquela que o nome poderia sugerir.

As primeiras atividades do grupo tiveram início a partir da criação dos cursos de teatro, alfabetização e conhecimentos gerais. Aproximadamente seiscentas pessoas se inscreveram no curso de alfabetização do TEN, que se encontrava a cargo do escritor Ironides Rodrigues da Silva, então estudante de Direito. O

curso de iniciação à cultura geral era ministrado por Aguinaldo Camargo e as primeiras noções de teatro eram dadas por Abdias do Nascimento. Essas atividades realizavam-se inicialmente nos salões e no restaurante da UNE, no Rio de Janeiro, que funcionava até as oito da noite, depois se transformava em salas de aula e palco para os ensaios.

Para a estréia nos palcos, havia o desejo de encontrar um texto teatral que tratasse da situação do negro após o cativo, com dramas humanos oriundos principalmente das condições de ex-escravo ou descendente. No entanto, a literatura dramática disponível não atendia seus anseios, pois constituía o que Abdias do Nascimento chamou de "uns poucos dramas superados, onde o negro fazia o cômico, o pitoresco ou a figuração decorativa". Esta herança dramatúrgica, deixada pelo século anterior, e a caracterização estereotipada do negro também no teatro de revista, tão popular nas primeiras décadas do século XX, levaram o grupo a optar pela peça *O Imperador Jones*, do autor norte americano Eugene O'Neil, que estreou em 8 de Maio de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

A atuação do grupo se diversificou logo em seguida, com a realização da Convenção Nacional do Negro, em 1945, na cidade de São Paulo e em 1946 no Rio de Janeiro; a Conferência Nacional do Negro, em maio de 1949, realizada no Rio de Janeiro; o I Congresso do Negro Brasileiro, que aconteceu em 26 de Agosto de 1950; a Semana de Estudos Sobre o Negro, em 1955, realizada entre os dias 9 e 13 do mês de Maio. Eventos que contaram com a organização de membros do TEN e que se realizaram paralelamente à atividade teatral.



Elenco da peça O filho pródigo, de Lúcio Cardoso. Da esquerda para a direita; Rooney da Silva (Moab), Ruth de Souza (Aila) Abdias Nascimento (Pai), José Maria Monteiro (Assur), Aguinaldo Camargo (Manassés) e Marina Gonçalves (Selene). Teatro Ginástico, Rio de Janeiro, 1947.

O objetivo inicial foi buscado também através da realização de eventos como o concurso *Rainha das Mulatas e Boneca de Piche*, concursos de beleza da mulher negra e *Cristo de Cor*, organizado pelo grupo em homenagem ao 36º Congresso Eucarístico Internacional, e que contou com a participação de diversos

artistas plásticos que pintaram a imagem de Cristo como um homem negro. Além disso, entre 1948 e 1950, o *Jornal Quilombo* foi editado, realizando uma cobertura das principais atividades do TEN e um debate constante da questão do negro em diversos países.

Este breve histórico constitui o

cenário da discussão proposta na dissertação de mestrado *Teatro Experimental do Negro: Estratégia e Ação*, que buscou compreender o grupo no contexto de seu surgimento, que conjugava a aceitação de elementos caracterizados como de origem negra-especialmente durante os anos 30, e o contexto internacional de crise, com o final da II Guerra Mundial, em que a discriminação racial havia atingido o ápice com o nazismo. E também o cenário nacional marcado pelo fim do Estado Novo, que havia imposto o silenciamento do movimento negro no Brasil. Se por um lado estes elementos davam o tom de um momento bastante propício para o surgimento de iniciativas como esta, parecia também contraditório à medida que ela colocava em questão a nascente democracia racial.

Havia, no entanto, uma realidade racial bastante desigual, que neste momento ganhava novos elementos de mascaramento, o que tornava este panorama fundamental para o surgimento e posterior compreensão do TEN e de um dos muitos aspectos que puderam ser observados ao longo de sua trajetória: a constante elaboração de políticas de intervenção e questionamento do *status quo*. Inicialmente com o teatro, mas ganhando outras ações ao longo dos anos. Esta diversificação da atuação foi o caminho escolhido para que seu objetivo fosse alcançado. Com isto, a observação de sua trajetória e a análise de sua intervenção são essenciais para a compreensão das bases em que se fundamentaram as relações raciais em nosso país.

***Formada em Ciências Sociais pela UNESP, Mestre em Sociologia pela UNICAMP.**



Receba o Ìrohin em casa!

Peça sua assinatura, ainda gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou peça pela internet no www.irohin.org.br



Luiz Gama: o escravo como ator da Abolição

Único líder abolicionista a ter sido escravo, a usar para libertar-se, a si e a outros, o conhecimento da lei, Luiz Gama é o que continua a ter mais atualidade como exemplo de antiracismo, de autoeducação e de espírito republicano.

Rubens Ricupero*

Na excelente tese que defendeu em Paris, Lígia Fonseca Ferreira resume a singularidade de Gama: "ele foi dos raros intelectuais autodidatas do século XIX e o único a ter pessoalmente vivido a escravidão, uma experiência que lhe devia inspirar a missão de vida: libertar os escravos e fazer valer seus direitos".

Uma espécie de "anti-Nabuco", ele encarna o abolicionismo radical, popular, do meio urbano de São Paulo, ativo nos tribunais e, mais tarde, na ação direta. A variante da história oficial foi o abolicionismo parlamentar da Corte, liderado por Joaquim Nabuco, comandado por elites. O confronto das variantes começa na tese por Nabuco, para o qual "é no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade". Dirigir-se aos escravos seria "suicídio político...o sinal de morte do abolicionismo de Wilberforce, Lamartine e Garrison, que é o nosso, e do começo do abolicionismo de Catilina ou de Espartacus, ou de John Brown..."

Com os mesmos nomes mas em sentido oposto, Luiz Gama antepõe "ao positivismo da macia escravidão...o das revoluções da liberdade; quero ser louco como John Brown, como Espartacus, como Lincoln, como Jesus; detesto, porém, a calma farisaica de Pilatos". Não podia ser mais vivo, portanto, o contraste entre o Nabuco paternalista e o Gama insolente, a cujo respeito, Lígia evoca, na epígrafe, o ditado do racismo popular: "Negro sabido, negro atrevido".

Comparadas às de Rebouças ou Patrocínio, as circunstâncias pessoais foram muito mais dramáticas no caso daquele que, na carta autobiográfica a Lúcio de Mendonça, suspirava: "...tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas...da vida

amargurada dos mártires." Na carta datada de 1880, lembrava seu nascimento em Salvador, em 1830, para proclamar com orgulho: "Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã."

Nessa antecipação de um século ao grito de James Brown ("Say it aloud, I'm black and I'm proud"), está presente toda a riqueza da tomada de consciência que viria depois nos Estados Unidos e ainda mais tardiamente no Brasil. Ela contém já a valorização da própria herança, da defesa da dignidade cultural e religiosa africana e até da beleza da negritude: "Minha mãe era (...) magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve..." A beleza física materna não é acompanhada, como usual, pelos dotes morais de meiguice, doçura, mansidão. Ao contrário, "era muito altiva, geniosa, infreída e vingativa (...) mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito."

Nunca revelou o nome do pai, que, por dívidas de jogo, o vendeu como escravo aos 10 anos de idade. Levado ao Rio de Janeiro, a Campinas, rejeitado por ser baiano ("Baiano? Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno"), ficou como "refugio" na casa do negreiro em São Paulo, cidade onde viveria até sua morte aos 52 anos em 1882. Lá, aos 17, um estudante pensionista ensinou-lhe a ler, a leitura abrindo-lhe o acesso à autoeducação pela qual adquire o ins-

trumento para libertar-se a si e a outros: o conhecimento da lei, posta a serviço da causa da liberdade. Consegue, assim, obter as provas para sua libertação, que deve a si mesmo, como primeiro ato de sujeito de seu destino.

Inaugura então o padrão de vida marcada por algumas constantes. A primeira é a insubmissão, da fuga do cativo à expulsão das fileiras militares e demissão da Secretaria de Polícia "por turbulento e sedicioso". A turbulência

consistia em pugnar pelas idéias do Partido Liberal e "promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas" porque "detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis".

Gama ressuscita, com efeito, lei que "não tinha pegado", a de 7 de novembro de 1831, promulgada na regência Feijó, que declarava livres todos os escravos introduzidos a partir daquela data. Como se tratava da quase totalidade dos escravos existentes, a simples aplicação da lei teria sido uma revolução, liquidando praticamente a escravatura. Não fosse, é claro, a dificuldade de vencer a parcialidade e má vontade de juizes e governo identificados com os senhores. Essa é, portanto, a segunda constante da vida do rábula, do prático que nunca pisou academia mas foi o maior advogado do Brasil: ter colocado todo seu conhecimento de Direito a serviço da liberdade de escravos que não tinham como pagá-lo.

A perversão da lei pela própria Justiça o empurra a posições radicais. Será um dos primeiros Republicanos, logo se afastando quando vê o partido subordinar-se à oligarquia cafeeira.



Luiz Gama

Havia escrito que "(S)e algum dia, os juizes faltarem com a justiça com infelizes que sofrem escravidão indêbita,... aconselharei e promoverei, não a insurreição, que é um crime, mas a resistência, que é uma virtude cívica..." Tempos depois, haverá de escrever: "...quando a Justiça fechar as portas dos tribunais...eu saberei ensinar aos desgraçados a vereda do desespero."

A respeito de quatro escravos linchados por terem morto o filho do senhor, afirmou: "o escravo que mata o senhor...cumpre uma prescrição inevitável de direito natural". Descritos como "apóstolos do dever", não seriam "quatro homens, eram quatro idéias, quatro luzes, quatro astros." Um ano após a morte de Gama, impõe-se a lei de 1831 mas surge, em São Paulo, a estratégia urbana e popular de mobilização dos escravos e promoção de fugas maciças desorganizadoras da produção pelos caifases de Antonio Bento, descritos por Raul Pompéia como "os anjos negros que partiram a incendiar a sedição nos cafezais, dominando a província inteira."

Sílvio Romero o consagrou como "o mais antigo, o mais apaixonado, o mais entusiasta, o mais sincero abolicionista brasileiro." Seu maior título de glória, porém, é o que ele mesmo fixou no fecho da carta-autobiográfica: "... (S)ai para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes, e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime."

***Diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco).**

Besouro Mangangá – zumbidos de resistência

José Raimundo Cândido da Silva*

Minhas primeiras informações sobre Besouro vieram através de meu pai, Virgílio Silva, um negro bastante trabalhador e inteligente, filho de Salu, dono de uma fazenda chamada "Mucumbe" aqui em Santo Amaro – Bahia. Ele costumava contar algumas histórias sobre o capoeirista que me enchiam de curiosidade e enlevo, principalmente quando me mandava cortar o cabelo na barbearia de Caetano, irmão de Besouro, um senhor de semblante calmo e voz pausada. Esses fatos contribuíram sensivelmente para que eu desde cedo dissipasse minhas dúvidas acerca da existência de seu irmão Besouro. Seu nome era Manoel Henrique Pereira e foi assassinado com uma faca de "ticum", aos 24 anos, numa verdadeira emboscada.

O processo de desconstrução da imagem do negro é fato bastante visível ao longo dos anos. E Besouro, Manoel Henrique Pereira, não seria uma exceção. Sob o pretexto de apenas abordá-lo como uma entidade mística e não sob uma perspectiva mítica, a história oficial acaba por não incluí-lo como uma expressão legítima de resistência na secular luta dos negros. Essa tentativa de desconstrução se amplia ainda mais quando Besouro é associado a forças demoníacas, principalmente nos momentos em que se esquivava da polícia, sumindo repentinamente por entre os matos e canaviais (os quais conhecia como ninguém), ou por declarar-se filho de Ogum e ter o "corpo fechado".

Quanto ao apelido "Besouro Mangangá", conta-se que surgiu quando, após arrumar mais uma encrenca com a polícia, desapareceu misteriosamente. Atordoadado, um policial perguntou para um dos



Dormelinda Pereira dos Anjos (Dona Dó), irmã de Besouro, e o Prof. José Raimundo Cândido da Silva, em 17.09.2003, Santo Amaro-BA. Dona Dormelinda, com mais de 90 anos de idade, era menina quando conheceu seu irmão Besouro.

que assistiram à cena: "Você viu pra onde foi aquele negro?" "Vi, sim senhor. Ele virou besouro e saiu voando". "Mangangá" é um tipo de besouro cuja picada é muito perigosa e às vezes fatal.

Na verdade, existem diversas histórias sobre Besouro as quais misturam ficção e realidade. Uma delas é contada por seu primo e aluno Cobrinha Verde, e diz que "certa feita, sem trabalho, Besouro foi à

Usina Colônia (hoje Santa Eliza) em Santo Amaro e conseguiu colocação. Uma semana depois, no dia do pagamento, o patrão, como fazia com os outros empregados, disse-lhe que o salário havia "quebrado" pra São Caetano, isto é, não pagaria coisa alguma. Quem se atrevesse a contestar era surrado e amarrado num tronco durante 24 horas. Besouro, entretanto, esperou que o empregador lhe chamasse e, quando o homem repetiu a célebre frase, foi segurado pelo cavanhaque e forçado a pagar, depois de tremenda surra".

Uma outra história diz que "certa vez, Besouro obrigou um soldado a beber grande quantidade de cachaça. O fato registrou-se no Largo de Santa Cruz, um dos principais de Santo Amaro. O militar dirigiu-se posteriormente à caserna, comunicando o ocorrido ao comandante do destacamento, Cabo José Costa, o qual designou 10 praças para conduzirem o homem preso, morto ou vivo. Pressentindo a aproximação dos policiais, Besouro recuou do bar e, encostando-se na cruz existente no largo, abriu os braços e disse que não se entregava. Ouviu-se violenta fuzilaria, ficando ele estendido no chão. O cabo José chegou-se e afirmou que o capoeirista estava morto. Besouro então se ergueu, mandou que o comandante levantasse as mãos, ordenou que todos os soldados fossem embora e cantou os seguintes versos: "Lá atiraram na cruz/eu de mim não sei/se acaso fui eu mesmo/ela mesmo me perdoe/Besouro caiu no chão/fez que estava deitado/Polícia se briga/vamos lá pra dentro do manguê/vão brigar com caranguejo/que é bicho que não tem sangue".

Como podemos observar, Be-

souro não gostava de policiais e sempre se envolvia em complicações com os milicos e não era raro tomar suas armas e conduzi-los até o quartel.

As brigas eram sucessivas e por muitas vezes Besouro tomou partido dos fracos contra os proprietários de fazendas ou engenhos e policiais.

Certa vez, Antônio José Diogo, fustigando Besouro com o cipó caboclo, ordenou: "Feche a porteira, nego descarado! Besouro não o obedeceu e revidou a agressão com seu facão.

No entanto, a denúncia que transcrevemos literalmente a seguir, extraída do Arquivo Público de Santo Amaro-BA, mostra-nos a maneira com que "os homens da lei" faziam suas próprias versões para as ocorrências:

"Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito

O Promotor Público d'esta Comarca abaixo firmado, usando de suas atribuições e firmado no inquérito policial junto, vem trazer a V. Exª denúncia contra Manoel Henrique, vulgarmente conhecido por "Besouro", brasileiro, empregado no Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, onde residente, pelo fato criminoso seguinte:

No dia 31 de Dezembro de 1921, em terreno do Engenho Santo Antônio do Rio Fundo, no distrito do mesmo nome, o denunciado depois de uma troca de palavras com Antônio José Diogo, que passava pela estrada, investe contra este, armado de um facão, produzindo-lhe os ferimentos graves descritos no corpo de delito, dos quais lhe resultaram a amputação do dedo mínimo da mão direita.

Como d'esse modo, tendo o denunciado praticado o crime previsto no Art. 304 do Código Penal, apresenta a Promotoria esta denúncia para, julgada provada, ser o mesmo punido com a pena do referido artigo.

Assim, P. or. de V. Exª que se proceda a todos os termos para a formação de culpa, inquerindo-se as testemunhas arroladas em dia e hora que forem designados com sciencia d'esta Promotoria e fazendo-se as necessárias intimações:

Testemunhas	Residência
-------------	------------

José Maria da Paixão
Engenho Novo
Francisco Alves Soares
Rio Fundo
Pedro Antonio Pereira
Rio Fundo
Antônio Joaquim de Oliveira
Rio Fundo
Francisco Florêncio da Silva
Rio Fundo

Santo Amaro, 4 de fevereiro de 1922.



Jogar capoeira ou Danse de la guerre de Johann Moritz Rugendas, 1835. (Rugendas)

Certamente, a verdadeira ocorrência do incidente acima transcrito respaldou-se, como já dissemos, no fato de Antônio Diogo ter ordenado acintosamente a Besouro, com palavras depreciativas, que fizesse algo para ele. Besouro, não obedecendo à ordem, revidou a agressão a seu modo.

Existe uma série de histórias sobre a vida de Besouro. Vejamos mais uma delas sobre as circunstâncias de sua morte. Empregando-se na casa de um rapaz conhecido por Memeu, Besouro foi com ele às vias de fato, sendo então marcado para morrer. Homem influente, o Dr. Zeca mandou pelo próprio Besouro (que não sabia ler nem escrever) uma carta para um seu amigo, administrador da Usina Maracangalha, para que liquidasse o portador. O destinatário com rara frieza mandou que Besouro esperasse a resposta no dia seguinte. Pela manhã, logo cedo, ele foi buscar a resposta, sendo então cercado por cerca de 40 soldados,

que imediatamente fizeram fogo, sem contudo atingir o alvo. Um homem, entretanto, conhecido por Eusébio de Quibaca, quando notou que Besouro tentava afastar-se ginchando o corpo, aproximou-se sorrateiramente edesferiu-lhe violento golpe com uma faca de ticum.

Manuel Henrique, o Besouro Mangangá, morreu jovem, com apenas 24 anos, em 1924, restando ainda dois dos seus principais alunos: Rafael Alves França (Mestre Cobrinha Verde) e Siri de Mangue.

dia, falecendo às 7 horas da noite, de um ferimento perfuro-inciso do abdômen. É o que consta, que para aqui copiei fielmente como n'elle se contem. Eu, Jerônimo Barboza, enfermeiro, que o escrevi e assigno.

Jeronymo Barbosa – Enfermeiro.

Hoje, Besouro é símbolo da Capoeira e não só em território baiano, sobretudo pela bravura e lealdade com que sempre se comportou em relação aos fracos e negros perseguidos pelos fazendeiros e policiais.

"Quando eu morrer me enterre na Lapinha
Quando eu morrer me enterre na Lapinha
Calça, culote, paletó, almofadinha (...)
Adeus Bahia, zum-zum-zum, cordão de ouro,
Eu vou partir porque mataram meu Besouro"
(Paulo César Pinheiro).

Além desta homenagem musical de Paulo César Pinheiro e Baden Powel, em "Lapinha", Besouro foi cantado verdadeiramente em prosa e verso. Jorge Amado, em seu expressivo romance "Mar Morto", dedica um capítulo deste livro a Besouro:

"Essa cidade de Santo Amaro onde Guma está com o saveiro foi pátria de muito barão do Império, viscondes, condes, marquesas, mas foi também de gente do cais, a pátria de Besouro. Por esse motivo, somente por esse motivo, não é por produzir açúcar, condes, viscondes, barões, marqueses, cachaça, que Santo Amaro é uma cidade amada dos homens do cais. Mas foi ali perto, em Maracangalha, que o cortaram todinho a facão, foi ali que seu sangue correu e ali brilha a sua estrela, clara e grande, quase tão grande como a de Lucas da Feira. Ele virou estrela porque foi um negro valente" (...)

Em termos poéticos ele foi cantado em cordel através dos versos do poeta e compositor também santamarense Antônio Vieira, que publicou "O Encontro de Besouro com o Valentão Doze Homens". Ve-

jamos alguns trechos deste trabalho:

"Esta é uma história
De natureza baiana
Que envolve o recôncavo
O massapé e a cana
O engenho, a usina
O candeeiro de manga
O carreiro que conduz
A junta de boi de canga" (...)

"Ela envolve uma cidade
Bem antiga da Bahia
Um de seus protagonistas
A ela é que pertencia
Me refiro a Santo Amaro
A cidade de Besouro
Negro valente danado
Que não levava desaforo".
"Dizem que Besouro
Ainda propôs pra Doze Homens

Suspenderem a paleja
Enfrentar juntos os homens

Botá-los pra correr,
Mostrar que 'o couro come'
E depois de os vencer
Lutar de homem pra homem" (...)

(Antônio Vieira – "O Encontro de Besouro e o Valentão Doze Homens").

Ainda são poucas as manifestações de apreço por parte, até mesmo, de grupos de capoeira da Bahia em relação ao que Besouro representou para a trajetória de luta da resistência negra. Por isso, é de se registrar com enorme satisfação a homenagem feita recentemente em

nossa cidade pelo Grupo Forte de Capoeira, com sede em Salvador-BA, quando foram até a Santa Casa da Misericórdia, onde faleceu Manoel Henrique Pereira, e colocaram uma placa em sua homenagem ao som do toque de berimbaus e cânticos característicos, como também é importante registrar os trabalhos de informação e conscientização desenvolvidos pelos instrutores santamarenses mestre Antônio Lampião, mestre Macaco, a pesquisadora Zilda Paim, a professora Maria Mutti, diretora do NICSa, e o professor Raimundo Artur, que faz um trabalho de resgate histórico-cultural de nossa cidade, dentre outros.

Na oportunidade, sugerimos às entidades culturais de preser-

vação da cultura e história do negro brasileiro, não somente da Bahia, mas também do Brasil, que imprimam um enfoque múltiplo e maior sobre a importância de Manoel Henrique como mais um símbolo do povo negro, para que os "zumbidos de resistência" que trilham o "céu de uma cidade do interior" ecoem também em outros céus, não apenas como um "objeto não identificado".

Axé, Besouro Mangangá!!

*Pós-graduado em História e Cultura Afro-brasileira, licenciado em Língua e Literatura Inglesa, vice-diretor do Centro Educacional Teodoro Sampaio (Santo Amaro-BA)



Foto: Carlos Moura

Gostar e não gostar de **Antônia**

No filme de Tata Amaral há mais coisas do que o gênero entre homens negros e mulheres negras

Lunde Braghini*

Desde que foi exibido no festival do Rio, *Antônia*, filme de Tata Amaral, estimulou a produção de textos que lhe fizeram reparos – como à sua necessidade de agradar, a seu aspecto comercial – e elogios – por ser mais popular que populista, por revelar talentos de interpretação –, dentro de uma atmosfera majoritariamente de simpatia. Elogios surgiram mesmo quando o filme de Tata Amaral era comparado a *Dreamgirls*, de Billy Condom, que concorreu ao Oscar com oito indicações.

Antônia é um filme que leva às lágrimas e mesmo às palmas, como as que quase derramei (ou segurei) e as que ouvi no shopping de Taguatinga, ao final da sessão. Após pensar e conversar um pouco sobre a experiência de ver *Antônia*, me veio à mente uma imagem de uma criança bela e aparentemente saudável diante de um pediatra, que

lhe vai descobrindo aqui e ali problemas de saúde que sua aparência não indicava. Ou a imagem de um mecânico a ouvir problemas no motor de um carro novo e bonito. Esse pediatra e esse mecânico mal imaginados fazem as vezes do crítico que, procurando pensar o filme do ponto de vista da luta contra o racismo, acha do que gostar e do que não gostar.

Em nenhum momento se fala diretamente em "racismo" no filme de Tata Amaral, embora – e isso pode ser dito a seu favor –, haja combustível para que elementos de for-

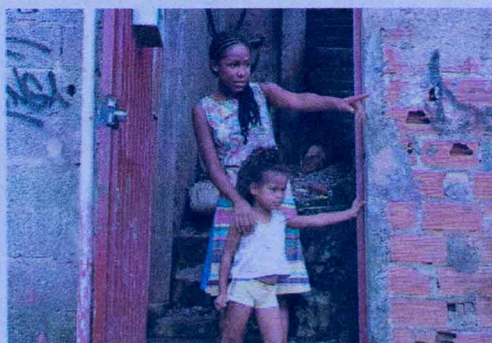
ma-conteúdo (coisas que não se separam) de *Antônia* possam mesmo ser pensados de um ponto de vista da luta contra a opressão racial. Parece-me bastante óbvio que a questão de se ver o mundo como o mundo pode ser e não como aparece (e como insiste mesmo em se reproduzir), como sugere o personagem Diamante, é uma coisa que pode e deve ser enquadrada politicamente.

Abrindo um parêntese, além da experiência de assistir à *Antônia*, estes comentários nascem também da "conversa imaginária" provocada pela efetiva leitura posterior de crí-

ticas, de uma entrevista da diretora e mesmo de simples notícias relacionadas à exibição e recepção da obra. Leituras como essas não "matam a experiência pessoal do filme", como pode parecer, pois até ajudam a dar contorno aos elementos presentes na mesma.

Uma das coisas mais fascinantes do universo da ação humana é o elemento de auto-reflexão, ligado ao questionamento de uma ação no momento em que é realizada. Escrever sobre um filme, no caso, é sempre deparar-se com um questionamento sobre como esse exercício se realiza. Creio que cada vez mais tem mudado a "composição social" dos textos individuais, que podem, mais e mais, nutrir-se de informações acessíveis com os sistemas de busca rápida na internet.

Sempre houve presença do background, da formação, da "cul-



tura", na elaboração do juízo crítico. A conversa de bar, para quem a freqüente, sempre socializou percepções também. O que me parece novo é essa possibilidade de compartilhamento de uma conversa social com base em material informativo quente e vário, aportado pela informação disponível na internet, sem necessidade da co-presença ou da maior ou menor cumplicidade existente numa conversa de bar.

Lugar de fala

Na leitura do material publicado sobre o filme, é possível ver que Tata Amaral tem clara idéia sobre seu lugar racial de fala. "Antônia é um filme que fala de jovens negros da periferia e músicos", disse. "Eu sou uma pessoa de meia-idade, classe média, branca e cineasta. Então, é um universo que eu desconheço, e eu busquei trazer a verdade dele, através de histórias que pesquisei durante um tempo".

Nessa entrevista, Tata Amaral frisou que procurou deliberadamente trabalhar uma "imagem afirmativa" do negro, na contracorrente daquilo que "todo o Ocidente faz", quando associa "negro com pobreza, misé-

ria, banditismo, violência". Essa consciência (o tal elemento de auto-reflexão referido há pouco) alimentou Antônia como um projeto na contramão daquele padrão criticado por Jefferson De – que denunciava não haver sequer "um filme brasileiro recente em que não apareça um jovem negro com uma arma na mão" – numa intervenção em mostra de cineastas negros em Brasília.

Para produzir essa imagem afirmativa, Tata Amaral investiu numa dinâmica coletiva, que lhe facultasse o aproveitamento da contribuição das pessoas que vivenciavam o universo ao qual o filme se refere e no qual também se passa. "Eu queria muito a verdade", disse, "eu não queria que fosse uma coisa empacotada". A mim me parece que em Antônia há achados de representação cinematográfica nessa direção. Até detalhes aparentemente insignificantes, como tijolos de parede sem reboco, parecem apontar para o esforço constru-

tivo presente em comunidades abandonadas de completo pelo poder público e de imagem vilipendiada pela representação dos meios de comunicação.

Os atores e as atrizes dão um show, mas apesar do imenso componente de elaboração coletiva presente na produção do filme, direção, em cinema, tem a ver também com quem é que dá a linha no fim e a coerência do todo. Parece



que além do cuidado de não esbarrar nos estereótipos raciais, a diretora também temeu o diálogo com os protótipos e modelos de crítica presentes no universo da militância e da consciência negra, que confronta – inclusive por meio do rap – a opressão racial.

Talvez se explique algo da "representação cindida" do corpo social negro, que coloca imenso acento positivo no núcleo feminino de personagens e um bárbaro sinal de menos nos personagens masculinos. "Os dramas intimistas relacionados ao dia a dia (pobreza, violência, fal-

ta de perspectivas) e, especialmente, ao papel nefasto dos homens na vida das quatro meninas ganham decupagem leve e realista, e todos em cena estão verdadeiros" (grifos meus), escreveu um crítico, no calor da hora, quando o filme foi exibido no Festival do Rio. "É também um filme claramente feminino, no melhor sentido possível", completou o mesmo crítico.

Todavia, talvez seja o caso de se perguntar se esse discurso aparentemente crítico e feminino sobre os homens negros não repõe a agressividade do discurso racial sobre o "negro mau" (e no fim das contas sobre o "negro bom"). O "negro mau" é aquele cujo comportamento se pode "objetiva" e "insuspeitamente" (já que o emissor do juízo – em geral, branco – já fez uma operação discursiva de se subtrair ao conjunto dos racistas, como se tivesse pago um tributo ou dado uma satisfação de seu "inconformismo" em relação à discriminação) condenar como "nefasto", por exemplo, como disse o crítico, ou "bosta", como numa situação do próprio filme.

***Mestre em Comunicação e jornalista (DF)**

Sei lá! Sei lá, não sei...

Nesse último carnaval a Mangueira resolveu nos surpreender cantarolando 'na avenida' um samba em que entoia loas à língua portuguesa, a essa língua ideal, a esse 'limite jamais alcançado' por nós, brasileiros. E com sérias e sólidas razões para que assim suceda.

*Péricles Cunha**



Essa irreal língua portuguesa cantada pela Mangueira, se dermos crédito a seus cultores, é uma língua diferente de qualquer outra língua do mundo. Nela não ocorreriam os fenômenos normais que ocorrem em toda língua humana, sobretudo em situação de contato com outras línguas. É, como disse em outro lugar, uma 'virgo incorrupta', se me falam e se os ouço. Conversando com um amigo meu a esse respeito, ele me lembrou de que

toda essa postura era assumida apenas em relação às línguas dos povos submetidos pelos portugueses – os índios e os negros – línguas, que a língua portuguesa, em seu 'vitorioso' caminho, ia destruindo, ou por dizimar os povos que as falavam ou por sujeitá-los a situações degradantes, abaixo da condição humana. E, de fato, é somente dessas línguas que a virgem portuguesa não sofre qualquer influência, não se deixa 'contaminar'. Afinal,

essas línguas são apenas blá-blá-blás e nhen-nhen-nhens grunhidos por não-semelhantes...

Mas basta virarmos os olhos para o outro lado, que a complacência da virgem se manifesta deixando-se por inteiro varar. E o bando é enorme. Aí encontramos os celtas, cujas sobrevivências no português, que ainda iria se formar, são diligente e orgulhosamente garimpadas. Os romanos que, passando por

cima dos galegos, são diretamente reivindicados como seus formadores diretos. Os bárbaros germanos, os árabes (os da Idade Média, naturalmente), os italianos melífluos, os franceses ilustrados, os ingleses civilizados, enfim, a casa da virgem se torna um imenso lupanar.

Acontece que, no Brasil, definitivamente, não falamos a língua portuguesa mas a língua brasileira. Um 'brasileiro' nascido, é certo, de uma

base portuguesa, como, de resto, nasceu o português do galego (e não do latim, como reivindicam). A língua brasileira, fruto da aprendizagem do português como segunda língua por índios e negros, tem as suas características mais profundamente marcadas sobretudo pelas línguas daqueles que os cortejadores da virgem portuguesa desconsideraram.

Desde os trabalhos da Profa. Yeda Pessoa de Castro que se sabe, quem quer saber, da profunda influência dos povos de línguas banto na constituição do que ela chama de português do Brasil. Atualmente, depois que se demonstraram, a partir de meados dos anos oitenta, as especificidades da gramática brasileira em relação à portuguesa, pelo trabalho do Prof. Tarallo e de seus discípulos, o estudo das línguas africanas tem se desenvolvido na universidade brasileira. Na USP, por exemplo, sob a coordenação da Profa. Margarida Petter, um grupo de jovens pesquisadores vem estudando as línguas africanas e buscando as suas relações com a língua que falamos no Brasil. Na Unicamp, gerativistas, sociolinguistas e analistas de discurso, dentre os quais as professoras Charlotte Galves e Tânia Alckmin, têm se voltado sobre esses assuntos, produzindo inúmeros trabalhos, dos quais tivemos uma excelente amostra no Colóquio Caminhos da Língua Portuguesa: África-Brasil, realizado na Unicamp, em novembro do ano passado. Assim, aos poucos, vem sendo comprovada a importância das línguas africanas na constituição da língua brasileira.

Pois é... justamente em um ano em que várias escolas cantaram a África, logo você, Mangureira, a gloriosa Estação Primeira, resolve cantar Portugal e a língua portuguesa!

O surpreendente no samba da Mangureira é que ele aponta para um fato insólito: o de parecer que ela, a nossa Mangureira, teria virado as costas ao seu povo e, atropelando a realidade, tenha se prestado a vassalar os seus antigos algozes, cantando essa, mais essa, mentira que os portugueses que, quero crer, acreditam sinceramente em seus mitos – (trata-se de uma doença civilizacional) e os seus capitães (e capitães)-do-mato, aqui na terra, tentam nos enfiar goela abai-

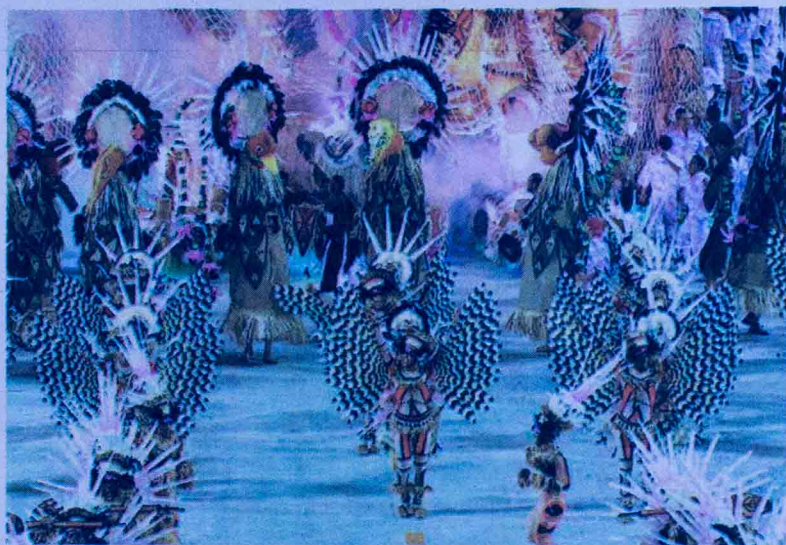
xo: a mentira da 'vitória da língua portuguesa'!

Que vitória, que nada! O que se vê, objetivamente, é a sua contínua e persistente derrota. Desde a Ásia (China, Índia), onde seus vários dialetos (ou línguas, como queiram) vão desaparecendo, com a morte de seus derradeiros falantes. Até a África onde, nos tais países de língua oficial portuguesa (se excetuarmos Angola), a porcentagem de falantes dessa língua 'oficial', atinge, quando muito, 10% da população. No Brasil, até o século XVII (em São Paulo até os séculos XVIII –XIX) se falava o tupinambá – o 'tupi antigo'

o que tem redundado em piadas nas quais jamais se saem bem.

Essas, e outras, mentiras estão na base de nossa cultura e nos dificultam ou nos impedem de encarar a realidade, observando-a como ela é, e não como gostaríamos que fosse...

Acrescente-se ainda a isso o fato de que a cultura produzida por esses povos e línguas submetidos, ou seja, os povos sobre os quais incide toda a rejeição e todo o preconceito, é a cultura que os portugueses e seus descendentes 'vendem' como sendo sua, em nítido exemplo de apropriação indébita. Para comprovar o que digo, basta



ou 'língua geral' – e o guarani.

O 'português brasileiro', que vai surgindo aos poucos, acelerando-se depois do decreto de Pombal que proibia o uso da língua geral e obrigava o ensino e uso do português, era, na verdade, uma variedade de 'crioulos' de base portuguesa que a Escola brasileira tentou, sem êxito, 'regularizar', impondo gramáticas que não são nem da língua portuguesa nem da língua brasileira, mas das cabeças e das idiosincrasias dos gramáticos que as elaboravam.² Por outro lado, atente-se também para a rejeição generalizada de nossa gente à sobrevivência de traços que nos associam aos lusitanos, considerados 'pedantes', 'elitistas' e, por isso mesmo, 'tolos', 'babacas', já que totalmente fora da realidade. E não é à toa que, até hoje, persiste no imaginário brasileiro a caracterização dos portugueses como um povo nada pragmático, que não lê nas entrelinhas, e incapaz de fazer inferências,

ligar a TV em canais portugueses, onde a maior parte da programação, – a mais interessante, por sinal, – refere-se à África, outrora dita 'portuguesa', e ao Brasil. Ou ainda, observar para como o Brasil é 'vendido' lá-fora pela diplomacia brasileira. Estes assuntos evidentemente merecem uma reflexão mais aprofundada porque o seu esclarecimento não só iluminará nossa compreensão de nós mesmos como nos ajudará a nos libertar dessas amarras que ainda persistem em nos aprisionar em um passado (e presente) mesquinho e espúrio e que nos subtrai qualquer possibilidade de futuro.

Mas enfim a Mangureira atravessou o samba (e a história). Ô, ô, ô, a Mangureira destoou, ô, ô. Se a Mangureira estivesse um pouco mais atenta, algum manguereiro certamente teria se lembrado de um samba antigo em que Noel, tratando de nossa língua, cantava em alto e bom som: 'já passou do português'!

É, Mangureira, essa foi uma mancada!

Se ao menos você tivesse cantado as línguas africanas, as línguas indígenas e, claro, a língua portuguesa, mas juntas, unidas na gestação da língua brasileira, que é, de fato, a nossa língua verdadeira, teria não só realizado uma justa homenagem, sem sacrificar a verdade histórica, como teria evitado também esse enorme vexame.

Mangureira, a língua brasileira, que você ajudou a criar, é falada hoje por cerca de duzentos milhões de pessoas, estando assim entre as 10 línguas mais faladas do mundo. A língua portuguesa, quando muito, é falada por cerca de vinte milhões de pessoas, isso, se levamos em conta os dez por cento que se espalham pela África. Dizer que a língua brasileira é a língua portuguesa é mais um caso de apropriação indébita, o que, todos sabemos, ou é um hábito contumaz ou é o que caracteriza a cultura portuguesa. Não será esta a hora de uma nova geração de manguereiros voltarem, curiosa, às suas origens?

Mas, fala Mangureira! E observe a sua fala. A sua fala mostra a sua tradição. Essa tradição não é a de 'uma casa portuguesa, com certeza', mas a de uma casa brasileira. Uma casa que você construiu, mesmo se sob a bruta exploração de sua força de trabalho pela 'casa portuguesa'. Isto sim, 'com certeza'! No entanto, você a construiu, nos tornando assim um 'povo novo', como queria o Darcy Ribeiro, e trazendo também para a antiga casa portuguesa, sempre enlutada – Deus sabe por quê – a alegria de um povo que, apesar de todas as impossibilidades criadas, é, e sempre foi, de bem com a vida. Fala Mangureira...

– Fala!

***Pesquisador independente, mestre em Linguística (Unicamp)**

¹ Não por acaso, Edson Lopes Cardoso.

² Esses que dizem que falam 'português', no Brasil, são aqueles que buscam ansiosamente uma ancestralidade que os poderia livrar de ter de encarar negros e índios como co-cidadãos, conterrâneos. Isso é demarcar limites, criar barreiras que lhes permitam separar-se do povo como se diz que foge o diabo da cruz.



Diários de Havana

Eustáquio Lawa*

Cães de Havana

Parece nome de filme, mas trata-se de cachorro mesmo. Saio cedo para a caminhada diária pelo Malecón. Vou sempre por uma rua mais esburacada que as outras, com poças de esgoto e cocô de cachorro atravancando as calçadas. Subo no sentido da estátua do General Maceo, no final da pista. Não sei por que as pessoas gostam tanto de cachorro. Na verdade, eu mesmo até que gosto, mas a bicharada circulando descontrolada pela urbe é foda! Me lembra um pouco Copacabana. E Belo Horizonte. Lá, no bairro que minha galera mora, há também uma cachorrada danada. E são metidos a brabos. Aqui em Havana esses passa-fomes esqueléticos são mais calmos, conformados; parece que reconhecem as dificuldades dos donos para lhes arranjam comida. Mas, como diz Enrique, o viadinho amigo da Tânia Rum, "quem tem um pedaço de pão para dar prum cachorro não pode se queixar de fome". Peraí, Enrique, também não é pra tanto. Ou é? Não sei.

Passo pelos pescadores ali na metade do calçadão, à beira-mar. São iguais aos da Pedra do Leme, no Rio. Chegam de madrugada, passam o dia inteiro e não pegam porra nenhuma. Quando pegam são umas cocoroquinhas magrelas que não dão nem pra uma fritada com mais de um convidado. Ficam agrupados em cima da mureta de concreto, num papo careca, com aquelas varonas inoperantes dando isca pros peixes o tempo todo. Acho que gostam mesmo é de ficar por ali, batendo um papo grupal. Na volta vi que o magrelo de bermuda tinha pego um bom, assim de dois palmos. Botou a cabeça dele num saquinho plástico, desses de supermercado, enfiou no bolso de trás e saiu pelaí, vendo se pegava outro, o que eu duvidava muito. Gozado à beça, ele com o rabo



do peixe saindo do meio da bunda.

Outro dia, conheci Calixto Rodriguez, pescador. Conversamos bastante. Empréstou-me a vara pra pescar. Tinha um cardume de marrara, uns lambaris grandotes. Peguei cinco em três minutos. Falamos sobre religião. Quando mencionei que o principal não era a liturgia, mas sim o aspecto sociocultural envolvido, que as pessoas usavam a religião era para se enturmar, achou a idéia interessante. Gosta muito do regime cubano, principalmente pelo que propicia de segurança física e financeira. Aposentado, trabalhou em auditoria, sob a direção de Che. Disse que se Che tivesse continuado em Cuba, o país seria uma potência mundial, sob todos os aspectos. Mas não quis ficar: era meio porra louca, me confidenciou. Calixto é contador. E disse que tem muito contador em Cuba (não sei porquê, pensei, contar o quê?, circula pouca grana). Mostrou-me o prédio onde mora. Perto da Plaza de La Revolución. Meio ferradinho, parecido com o edifício Rajá, aquele que tinha ali na Praia de Botafogo, alguém aí se lembra? Nos despedimos. E o velhinho ficou lá, puxando seus lambarizinhos, feliz com a vida que levava.

Calles e Ruas

Vim de volta. Um pesteadinho veio latindo atrás do outro. Passou

perto de mim bufando. Não me deu muita bola. Foi aí que vi o grafite, na parede descascada da esquina. Escrito claramente: Edite es lo máximo. Deve ser alguma Edite especial, cubana, das de boa safra; porque convivi intimamente com uma xará desta que não era gente boa,



não. A nacional brasileira precisava melhorar muito para ficar mais ou menos. Olhei as placas com os nomes no alto: Calle Concórdia com Lealtad. Nada a ver com minha ex. Uma combinação destas, só em Havana.

Aliás, a todo instante estranho esses nomes de rua em Havana. Perdido no mapa, pergunto a um senhor - a cara do meu tio Artur, lá de Ponte Nova - onde fica o Museu do Chocolate. Responde: está perto, desce aqui a Rua da Amargura, é logo na esquina. Desço, olho as placas, lá está o Museu. Acho que chocolate não combina muito com amargura, mas, enfim, devemos estar sempre abertos a novos sabores...

Às vezes até dá certo - a Rua da Esperança segue ao lado da Rua da Perseverança - mas quase sempre causa perplexidade: a Rua 10 de Outubro (que é o dia da Abolição da Escravatura aqui em Cuba) fica entre Dolores e Delícias. Mas Concepción e Delícias são paralelas! Pensem bem, que mãe concordará que concepção e delícias nunca se

encontrem? E a embaixada do Brasil fica na Rua da Lamparina. É por isso que não funciona. Lamparina em tempo de néon...

Passei pela Calle Pozos Dulces. Perguntei se tinha havido algum poço com água doce por ali. Disse-ram-me que não. É que ali morara o Conde de Pozos Dulces. Ah, bom.... E na Calle Puerta Cerrada, algum Conde da Porta Fechada? Não, é que havia uma grande porta no final da rua, que estava sempre fechada. Ah, bom...

Sabiam que em Havana a Rua dos Anjos é continuação da Rua Obra-Pia? (Muito justo). Ah, e que a Casa do Tango fica na Rua da Amizade? (se bem que esquina com a Rua da Águia, mas, em se tratando de argentino, tudo é possível, né não? Tem sempre uma catimba).

Quando vai terminando minha temporada em Havana, as ruas vêm acompanhando minha saudade prévia. Sento para tomar uma dose de Havana Club puro num buteco na esquina da Rua Concórdia com Solidão (buteco mesmo, no sentido carioca do termo, não tem em Cuba não. Por mais propício que seja o local, qualquer butiquim acaba ficando com cara de restaurante, desses antigos, dos anos 50). Observo que a Casa de Abuelos La Felicidad fica perto da Tienda de la Ilusión. Será que tem algo de ilusão a felicidade dos velhinhos? Preciso ir me preparando...

Tenho que arrumar as malas. Meio alegrinho, vou descendo a Rua Aménidad em direção à Plaza de la Revolución (!).

***Extrato do foto-livro de crônicas, a ser lançado em breve, sobre experiência romanceada do autor na sua recente estada em Cuba. Eustáquio Lawa, contista e poeta, é mestre em Administração Pública(FGV).**

Nigeriano é referência na discussão sobre clima

Debate do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas mostra que contribuição africana ao estudo da climatologia nos trópicos tem peso na geografia brasileira

Lunde Braghini*

Ao examinar "O clima e o homem", 13º capítulo de *Introdução à climatologia para os trópicos*, do geógrafo nigeriano J.O. Ayoade, não pude deixar de me lembrar de dois episódios na Universidade de Brasília (UnB). Um deles foi o "sole-ne não" que, na década de 90, André Luiz Ferreira, depois professor universitário em Cuiabá, recebeu da doutora em sociologia que se recusou a orientar uma tese sobre a "sociologia do desconforto climático" que ele acalentava realizar. Àquela altura da vida, alegou a professora, ela não empenharia seu "prestígio acadêmico" numa empreitada como aquela. Muito estudioso, é possível que André já conhecesse o estimulante trabalho de Ayoade, datado de 1983 e sucessivamente editado no Brasil, onde figura com destaque em bibliografias de disciplinas de geografia, biologia e ecologia.

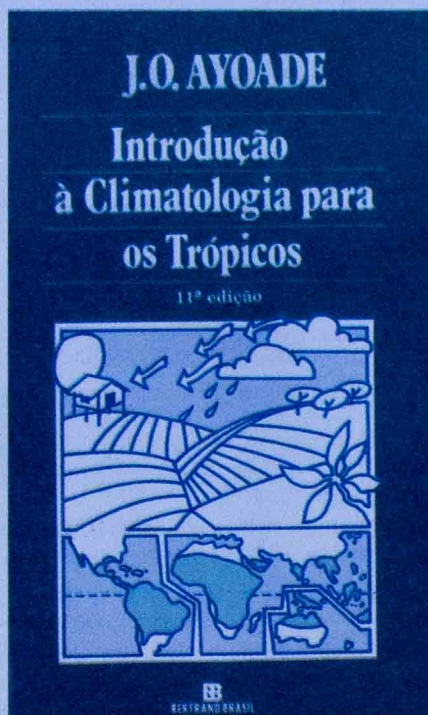
A proeminência social e política dos problemas climáticos no início do século XXI tem feito os jornalistas (esses "especialistas em especialistas", no dizer de Salomão Amorim, mais que "especialistas em generalidades") se mexerem na descoberta de "fontes especializadas" que ajudem a compreender os fundamentos e a racionalidade das causas e efeitos em questão. Em parte por isso, o público brasileiro não especializado começa a conhecer o nome do climatologista J.O. Ayoade. A climatologia, uma disciplina específica da geografia, trata dos padrões de comportamento da atmosfera, verificados durante um longo período de tempo, e também de suas relações com a hidrosfera, a litosfera e a biosfera.

No dia 10 de fevereiro, J.

Olaniyi Ayoade, juntamente com Aziz Ab'Sáber, foi um dos especialistas entrevistados pelo jornal "Correio Bra-ziliense", que fazia o trabalho de repercutir e discutir as informações do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Na matéria é dito que Ayoade "tem várias pesquisas nos campos de climatologia

teórica e aplicada", e que "sua obra mais famosa – *Introdução à climatologia para os trópicos*, ed. Bertrand Brasil – está na 11ª edição e já foi adquirida por mais de 10 mil brasileiros desde o lançamento no país, em 2004".

À parte o equívoco quanto à data (há uma edição, da Difel, de 1986) de lançamento no Brasil, as informações impressionam, uma vez que dão conta do reconhecimento no Brasil da obra de um professor universitário africano – aspecto esse que me leva ao segundo dos episódios a que me referi. "As pessoas não gostam de ouvir isso", disse Milton Santos, numa de suas visitas à Universidade de Brasília, no fim dos anos 80, quando seu nome começava a ser conhecido do público universitário mais amplo, "mas a universidade africana é muito com-



petente". Nunca me esqueci do comentário do geógrafo brasileiro, que passou temporadas acadêmicas em universidades africanas, me parece que na Tanzânia e no Senegal.

A frase de Milton Santos ataca a nossa imensa ignorância do universo acadêmico e intelectual africano. Para se ter uma idéia, o Departamento de Geografia da Universidade de

Ibadan, na Nigéria, onde Ayoade é professor, existe desde 1948, tendo formado seu primeiro doutor em 1966. Primeiro de 69 formados até 1997, segundo dados disponíveis na internet (www.ui.edu.ng): 41 em geografia humana e 28 em geografia física. Num site de Portugal (www.universia.pt) é possível encontrar entradas (links) para 121 universidades africanas, como a de Ibadan, uma das cinco relacionadas na Nigéria.

Publicada sob a coordenação editorial de Antonio Christofolletti, a edição brasileira do livro de Ayoade – autor também de obras mais recentes como *Introduction to agroclimatology* (2002), *Climate Change* (2003) e de uma segunda edição de *Introduction to Climatology for the Tropics* (2004) – contém uma avaliação que extrapola o

mero objetivo publicitário de valorizar a obra. "Introdução à climatologia para os trópicos", lê-se, "é contribuição significativa para a formação científica, e a ausência de exemplos brasileiros não é óbice para desmerecer sua qualidade e utilidade para o público brasileiro".

A frase merece ser frisada porque, ao considerar a avaliação da utilidade da informação científica selecionada para circular, presta atenção a circunstâncias objetivas que ligam Brasil e África e que deveriam animar o diálogo entre os que refletem aqui e lá. Mas também contém, implícito, todo um programa que marca um ideário de afirmação, autonomia e independência científica, centrado na idéia da contribuição universal que se pode dar à ciência a partir do conhecimento das circunstâncias específicas.

Reconhece-se, com a leitura desse livro, o esforço de Ayoade de discorrer sobre os princípios fundamentais da climatologia "tendo em vista as necessidades dos leitores dos trópicos", as quais, escreve o autor no prefácio da obra, "têm sido geralmente bem atenuadas pelos textos ou manuais escritos por autores de latitudes médias principalmente para os leitores dessas mesmas partes do mundo". Escrito também com o objetivo de descrever e explicar de modo não matemático os processos atmosféricos e os sistemas climáticos, o livro de Ayoade tem grande mérito literário em termos de divulgação científica e culmina com uma discussão instigante sobre as relações entre os seres humanos e os sistemas atmosféricos.

*Mestre em Comunicação e jornalista (DF)



Candomblé: sociologia, literatura ou caso de polícia?

Reginaldo Prandi lança romance policial em que "sacrifícios de pessoas" deflagram perseguição contra religiões afro-brasileiras

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Em meados de 2006, Reginaldo Prandi apresentou ao público seu novo livro tendo o candomblé como mote. Ainda no campo das novidades editoriais, *Morte nos búzios*, que saiu pela Companhia das Letras, representa a estréia do sociólogo na ficção policial. Após inúmeras incursões no universo das religiões afro-brasileiras, várias publicações de caráter acadêmico e outras tantas ligadas à literatura infantil, Prandi investiu no diálogo com outra fatia do público leitor brasileiro. E ousadia para tanto não faltou. O enredo fundamenta-se em assassinatos, prostituição, triângulo amoroso, homossexualismo, transtornos mentais, disputas de poder, práticas e ... segredos do candomblé.

A cidade de São Paulo é o cenário escolhido para o desenrolar da narrativa. Tudo começa quando a rica Helena Rizieri Ferrari, mulher branca, de quarenta anos, casada, moradora de Indianópolis, se dirige a um terreiro na Freguesia do Ó em busca dos conselhos de mãe Aninha, uma "senhora morena, de feições bonitas", na descrição do próprio autor. Já nas primeiras páginas do romance, o principal conflito da trama é apresentado. Os búzios avisam sobre a proximidade de morte violenta a atingir a moça.

Entre os arranjos que sustentam a força do caso narrado, temos a criação de um vínculo imediato entre o crime e o universo do candomblé. As manchetes dos jornais "objetivamente" fazem uma livre associação da morte com o sacrifício de animais em rituais religiosos de matriz africana. Dias depois – traço comum em romances policiais –, outro assassinato com as mesmas características, tendo como vítima Lia Casalegre. A personagem é outra mulher branca, desta vez solteira, moradora de Itaim Bibi. A tensão intensifica-se ainda mais com o terceiro assassinato. Caio Antônio Ferreira, um garoto de programa de dezessete anos, é encontrado morto num cortiço na Bela Vista. Curiosamente, a morte do rapaz também fora anunciada nos búzios à sua irmã Nice, uma estimada filha-de-santo do terreiro de mãe Aninha, que trabalhava como enfermeira volante na Santa Casa. Em todas as situações, o assassino demonstrava apurado conhecimento acerca dos procedimentos religiosos.

Na sequência, vários assassinatos passam a ser cometidos em tentativas fra-

cassadas de imitação dos primeiros crimes. Ao tempo em que tumultuam as investigações e chegam às páginas dos jornais com a assinatura de "o Sacrificador", as mortes são aproveitadas para a deflagração de um feroz movimento de intolerância contra as religiões afro-brasileiras e seus adeptos. O caso fica prontamente submetido a uma equipe do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), sob a responsabilidade de Tiago Augusto Paixão e a supervisão de João do Carmo Vieira, dois jovens delegados brancos, vindos do interior do estado. Nessa empreitada, recebem a ajuda de Fernando Amaro Lupo, outro homem branco, médico, axogum do terreiro de mãe Aninha, sobre quem recaíram as primeiras suspeitas. Luísa Lupo, irmã de Fernando e também auxiliar nas investigações, é outra figura de destaque.

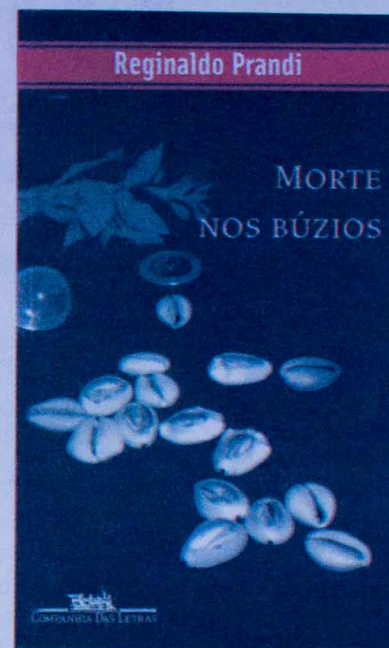
Eis aqui, em linhas gerais, o conjunto de personagens vitais à trama. A exceção de mãe Aninha – cuja participação é bem pontual e que Prandi identifica como "morena" –, as vozes-chave da narrativa emergem do grupo sociorracial branco; pessoas ricas, de escolaridade avançada, em sua maioria, e simpáticas àquela religião. Reginaldo Prandi conseguiu criar, pois, sua ficção policial envolvendo o candomblé em que pobres e ricos são brancos. Os negros, quando aparecem, servem tão-somente para trazer à baila alguns elementos exóticos ou até esdrúxulos. Nada que consiga efetivamente desqualificar o "Bem complicada, essa gentinha" (p. 70), comentário expresso pelo delgado Carmo num diálogo com Tiago Paixão. Ou ainda, algo que vá além do discurso presente nas falas de Fernando Lupo, para quem as práticas do candomblé se apresentam como costumes que "os escravos aprenderam com seus antepassados", e que ainda hoje são alvo de perseguição: "Preconceito não contra mim, que sou médico e branco, mas contra minha religião, que é *negra na origem*, contra nossos deuses, que são africanos, contra o Brasil preto, mulato, mestiço" (p. 19-20 – grifo nosso).

O Brasil que Reginaldo Prandi caracteriza em sua ficção é o país da mistura, da convivência, que pode ser negro na origem, mas no qual as pessoas conseguem, com algum esforço, transitar pelos mais diversos espaços, a despeito de certos conflitos, incluindo alguns de ordem racial. A fatura

da obra revela, indiscutivelmente, uma fina sintonia com o repertório intelectual-acadêmico que orienta seja o criador do romance, seja suas criaturas. Afeito a "grandes explicações teóricas" e às "interpretações da sociedade brasileira", Tiago Paixão comenta em dado momento: "Se você não conhece o país, não entende as razões do criminoso". E o entendimento dessas razões e do país, como nos explica o narrador, o delegado aprendera nas leituras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro (p. 79). Prandi registra aí a certeza de quem acredita que a intelectualidade branca local sabe e pode explicar tudo o que lhe interessa, alcançado até mesmo aquilo que nós negros não estaríamos abertos a perceber. Impera no romance essa forma bem específica de apreensão e compreensão da sociedade brasileira, que se julga capaz de discernir as origens e os processos que envolvem não apenas brancos, mas, sobretudo, negros.

Seguindo essa linha, não surpreende o campo de ação reservado por Prandi aos movimentos sociais negros quando a "guerra santa à brasileira" é deflagrada. Assim ele constrói: "O movimento negro já estava presente, representado por algumas de suas facções, posicionadas em geral a favor do candomblé, mas sem unanimidade. Afinal, havia algum tempo o candomblé deixara de ser religião étnica, de negros, para se transformar numa religião para todos" (p. 122). Em poucas linhas, um duplo assalto. Primeiro, afasta do ativismo negro a legitimidade de protagonizar a defesa das religiões afro-brasileiras, até porque não teríamos capacidade de uma ação conjunta diante de tanta fragmentação. Depois, os negros deixam de ser reconhecidos como representantes da religião de base africana, posto que a presença dos novos candomblecistas garantido a essa uma identidade nacional.

Na mesma conjuntura em que o Ministério Público do Rio Grande Sul considera indispensável encaminhar um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a constitucionalidade da lei que garante o direito de as religiões afro-brasileiras manterem as oferendas de animais aos seus deuses (Lei estadual 12.131/04), Reginaldo Prandi, por exemplo, opta por lançar seu



livro, numa brincadeira que se vale da preconceituosa e comum associação do candomblé com o sacrifício de pessoas. Esse tipo de capitalização unilateral nos tem sido problemática. Para os adeptos de tais religiões sobram muitos mais ônus do que bônus.

Ao contrário do que pretende Reginaldo Prandi, as razões que movimentam a perseguição do candomblé na sociedade brasileira não se fundamentam na avaliação primária de certas práticas isoladas presentes nessa ou em qualquer outra religião não hegemônica. O que acontece no terreno religioso está totalmente conectado a um empenho histórico maior de fazer com que os negros se distanciem de sua história, da defesa de suas heranças sociais, políticas e culturais – como se essas não fossem essenciais para darmos sentido ao mundo em que vivemos. O racismo e o desrespeito para com os repertórios marcadamente africanos autorizam a intolerância religiosa e também impedem a livre expressão da vida em outros níveis.

Não sendo o suficiente, no mundo "do tudo termina bem quando acaba bem", Prandi finaliza assim seu romance: "As religiões, inocentadas, voltaram a operar no mercado da fé de modo civilizado, até onde isso era possível, causando apenas os prejuízos menores, espirituais e materiais, a que os devotos estão acostumados a milhares de anos. As hostilidades esporádicas e os conflitos perenes entre diferentes grupos de crença voltaram a seus níveis usuais, toleráveis, sem que o Estado tivesse que se intrometer como é de se esperar numa sociedade secularizada" (p. 239). A pergunta que nos acompanha é: Como é que fica mesmo essa história do papel dos intelectuais?

*Jornalista, ativista do EnegreSer e mestre em História pela Universidade de Brasília.



CONTO &

CIDADE

MESTRES DO EQUILÍBRIO

Mário Augusto M. da Silva*



De vários tipos. Se esgueirando, se escorregando, se eslabando, se deixando levar, levando a certeza de que não têm nada certo, nada, nada, nada. Estando por aí. De uma estação a outra, de um ponto a outro. Contando as voltas da roda do trem, os pontos onde parar. E recomeçar. E parar. E jamais cansar. E jamais suspirar. Ir. De um ponto a outro, de uma estação a outra. Dois pontos fazem uma reta, uma reta é a menor distância entre dois pontos. Mas a vida é tão cheia de curvas e brechas bruscas. Nunca uma reta. Sempre um movimento interrompido. De um ponto a outro, jogados, no meio da curva, no meio do arco. Sempre quase. Sempre sempre. Movimentos interrompidos.

Mestres do Equilíbrio. A rapidez é o segredo do negócio. Chegar chegando. Porta abriu. Entrar. Andar. Ou sentar. Ou pegar. Pegar ou largar. Abrir a sacola. Sacos de balas de goma, vagabundas. Canetas. Broches. Penduricalhos. Livro de Romance açucarado. Livro grosso. Jornal de esportes. Sono atrasado. Fingir dormir. Para não ver, não ceder lugar. Território é poder. Quantos pontos para tirar uma soneca? Pacote de balas no colo. É um real. Papel enebado. Surdo mudo aidético sem estudo. Filhos para criar. Prefiro pedir do que roubar. Deus te ajude se puder ajudar. Se não, tudo bem também. Correr. Correr. De uma ponta a outra do vagão. De um ponto a outro. Ônibus lotado. Nariz entupido. Arteriosclerose da metrópole. Vidro fechado. Túnel impedido. Rua alagada. Risco no disco da vida. O cotidiano: pó na melhor agulha de diamante. Freio acionado. Breque forçado. Empurra-empurra. Ônibus lotado. Metrô entalado. Braço cansado. Cérebro cansado. Sonho abortado. Corações Solitários. Sensações Veteranas. Hoje não, obrigado.

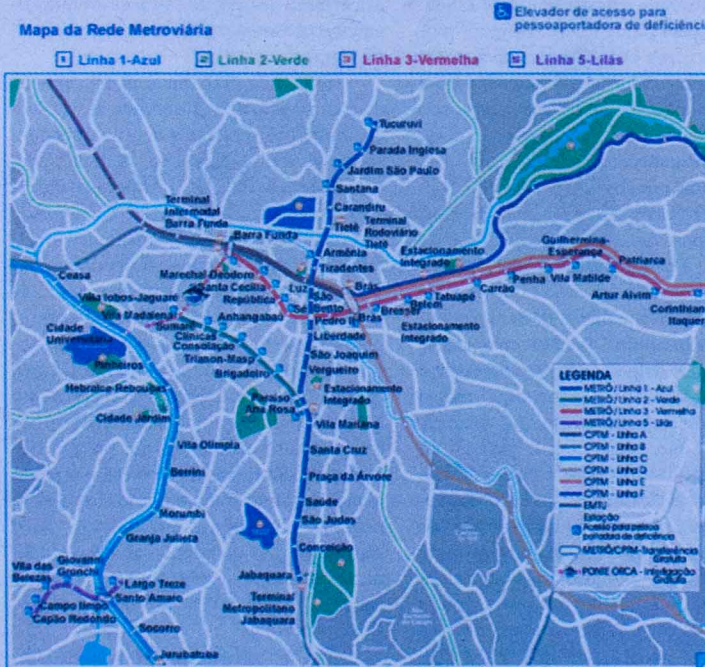
De um ponto a outro, sem formar caminho algum. Vetor sem sentido ou direção. Três, quatro horas de sono por dia. Compensa no caminho.

Que caminho? Para onde, para quê, para quem, por quê? O cérebro dos mortos oprime o dos vivos. Testemunho dos grafites nos muros. Grandes estruturas enferrujadas. Sinais de um sonho perdido. Alguém esteve aqui. Debaixo de todo esse lodo, essas fezes, esses restos, esses riscos, esses rachos, esses rombos, esses ruídos, esses mofos, essa terra, essa merda, esse pó, esse entulho, esse esbulho, há que se perguntar se era, se é, se foi, se será, se está humano algum dia. De um ponto a outro, pela janela velha do cortiço, pelo vidro gasto e trêmulo do lotação, pela janela subterrânea do metrô, os testemunhos da civilização. Numa estação, obras de arte contemporânea por todos os lados. Na outra, o gado contempo-

râneo, contido por barras. Corinthians-Itaquera. Trianon-Masp. O gado contido por barras, magro, chupado, energizado com salitre esterilizante e cachaça, para consolar e analisar. Porque psicólogo de pobre é pinga. O dono do gado passa, olha e finge que não vê, cheio de dúvidas existenciais. Em cada ponta de cigarro, em cada trago da cachaça, em cada olheira gigante, em cada chinelo vão-de-dedo, em cada pasta apertada contra o peito, em cada cara velha, em cada gesto feio, em cada sopro custoso, em cada suspiro morto, em cada bala amarga, em cada caneta estéril, em cada romance frouxo, em cada auto-ajuda divina, em cada peido doce, em cada encoxada ordinária, em cada ameaça vazia, em cada bebum, em cada choro, em cada freada, em cada grito, em cada maldição, em cada Consolação, em cada Carrão, em cada Sé, em cada Tatuapé, em cada Clínicas, em

cada Armênia, em cada Vila Mariana, em cada Penha, em cada bairro, em cada antro, em cada ponto, em cada porta, em cada portão, em cada escuridão, uma verdade. Verdade? Hoje não, obrigado.

*Doutorando em Sociologia (Unicamp), publicou contos nas revistas eletrônicas *Bestiário* e *TXT Magazine*. Premiado em 2002 e 2003 no Festival de Crônicas, Contos e Poesias de Imperatriz (MA).



ISSN 18085369

